

Publicado em SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232

English version in Sousa, Boaventura de (editor). Another Production Is Possible. Beyond the Capitalist Canon. London: Verso Editions, 2006

“Mobilização sem emancipação” — as lutas sociais dos sem-terra no Brasil

*Zander Navarro*¹

“(…) ¿Que tiene dueño la tierra? ¿Cómo así? ¿Cómo se ha de vender? ¿Cómo se ha de comprar? Si ella nos pertenece, pues. Nosotros somos de ella. Sus hijos somos. Así siempre, siempre. Tierra viva. Como cría a los gusanos, así nos cría. Tiene huesos y sangre. Leche tiene, y nos da de mamar. Pelo tiene, pasto, paja, árboles. Ella sabe parir papas. Hace nacer casas. Gente hace nacer. Ella nos cuida y nosotros la cuidamos. Ella bebe chicha, acepta nuestro convite. Hijos suyos somos. ¿Cómo se ha de vender? ¿Cómo se ha de comprar?” (Arguedas, 1970, *apud* Galeano, 1982: 256)

“(…) A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato (...) na década de 1930, a recusa dos camponeses a desaparecer ainda era usada correntemente como um argumento contra a previsão de Karl Marx de que eles se extinguiriam.” (Hobsbawm, 1996: 284)

Introdução

A história social e política do Brasil no período contemporâneo, especialmente a partir dos anos finais do ciclo militar, ou seja, entre o fim da década de 1970 e a primeira metade da década seguinte, estendendo-se até os nossos dias, apresenta um conjunto de processos sociais os quais, se alguns foram ou têm sido comuns igualmente a outras sociedades latino-americanas no mesmo período, outros, contudo, são surpreendentes e até

¹ Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil (E-mail: znavarro@portoweb.com.br). O autor deseja expressar os mais sinceros agradecimentos a um pequeno grupo de leitores da primeira versão de artigo, cujos comentários permitiram corrigir equívocos e realçar os pontos analíticos de maior relevância, embora certamente sem nenhuma responsabilidade pelos erros, formato interpretativo e argumentos remanescentes. Pela leitura crítica daquela versão (o que muito me honrou), sou profundamente grato a Boaventura de Sousa Santos, César Hamilton Goes, Eliane Cardoso Brenneisen, Gilson Bittencourt, Irio Luiz Conti, Jonathan Fox, José de Souza Martins, Maria Antônia Souza, Odaci Luiz Coradini e Raul Jungmann.

inesperados. Dentre os primeiros aspectos salienta-se, como tem sido destacado por diversos autores, a rapidez da consolidação de um regime político inspirado nos limites relativamente estreitos de uma democracia primordialmente eleitoral. Ou então, ainda no primeiro grupo de processos, repetidos em outros países da América Latina, mudanças sociais intensas (como a urbanização acelerada, por exemplo) ou, no campo da economia, os processos inflacionários crônicos, apenas parcialmente vencidos e, também, a adoção generalizada de políticas de “ajuste estrutural”, a partir de meados dos anos oitenta. Preconizadas por organismos financeiros internacionais, essas políticas geralmente acabaram integrando forçadamente, e de forma rígida, as economias do continente aos circuitos financeiros e comerciais internacionais, fazendo da região um dos casos paradigmáticos do fenômeno da globalização.

Por outro lado, se analisado o conjunto de processos sociais que caracterizou o Brasil no mesmo período, dificilmente deixará de ser consensual a identificação da emergência das lutas sociais em áreas rurais, particularmente aquelas empreendidas pelos chamados sem-terra como as mais emblemáticas e distintivas do período, lutas sociais inesperadas, em especial se comparadas com os diagnósticos típicos do período passado, inclusive entre marxistas, usualmente céticos quanto às possibilidades de organização política conseqüente por parte de trabalhadores rurais e camponeses.² O nascimento, no início da década de 1980, e o posterior desenvolvimento do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, tornou gradualmente conhecida sua sigla (MST) e

² Entre aqueles que ressaltaram as impossibilidades políticas dos “povos sem história”, incluindo o campesinato, a referência clássica é Hobsbawm (1959), mas esta literatura recebeu raros autores, no campo intelectual da esquerda, que apresentassem uma leitura alternativa, o exemplo pioneiro, neste caso, sendo o estudo de Huizer (1976). Apenas nos anos noventa, quando desabou a literatura inspirada no marxismo vulgar, é que surgiram autores mais receptivos à idéia da participação política ativa das classes subalternas do campo. No Brasil, contudo, José de Souza Martins (1981), em clássico artigo, já apontava, muitos anos antes, as insuficiências da argumentação dominante na época, indicando claramente, na história agrária brasileira, os momentos de intensa presença política desses grupos sociais.

outros de seus ícones públicos, especialmente sua bandeira vermelha e os típicos bonés utilizados por seus militantes. As lutas sociais empreendidas por esta organização, que nasceu como um movimento social decorrente do processo de transição política experimentado pelo Brasil a partir do final da década de 1970 (trânsito posteriormente sinalizado pela ascensão do primeiro presidente civil, em 1985), concretizam provavelmente um dos mais surpreendentes processos sociais em curso. A organização, neste artigo, será doravante tratada como Movimento, MST ou, simplesmente, “a organização dos sem-terra” (a distinção conceitual entre movimento social e organização formal não sendo analisada neste texto, senão brevemente, não obstante a sua decisiva importância política para a compreensão do Movimento). Normalmente mais ativo no Sul do Brasil nos anos oitenta, na década seguinte tornou-se gradativamente uma organização de grande visibilidade nacional, estruturando-se na maioria dos estados brasileiros, sua atuação despertando crescente interesse, inclusive internacionalmente.³ As análises sobre o MST, embora tivessem sido multiplicadas celeremente nos anos recentes, ainda são, contudo, largamente insuficientes. No período, estudos e interpretações produzidas têm sido, em geral, ou meramente idealizantes e superficiais, normalmente dedicadas muito mais a registrar, acriticamente, as ações externas e públicas do Movimento, associando-as às improváveis potencialidades “revolucionárias” dos sem-terra e assim confundindo-se com a própria literatura apologética da organização ou, então, são estudos acadêmicos centrados em ambientes restritos de ação dos sem-terra, normalmente assentamentos rurais, sobre os quais já existe um grande número de estudos realizados. Um terceiro grupo de estudos, com o objetivo de analisar o MST sob enfoque mais ambicioso, ultrapassando

³ Entre exemplos que se multiplicaram, nos anos recentes, cite-se, meramente à título de ilustração, a matéria do influente jornal *The New York Times*, que publicou, já em 1997 (20 de abril), em seu caderno dominical, uma longa matéria sobre o MST, intitulada “Os despossuídos”, fartamente ilustrada com fotos do conhecido fotógrafo Sebastião Salgado. Ou, ainda, a edição latino-americana da revista *Time*, na qual o Movimento já foi até matéria de capa (19 de janeiro de 1998).

limites estaduais e interpretando-o nacionalmente à luz dos processos sócio-políticos e econômicos mais recentes, ainda é notavelmente rarefeito, refletindo as dificuldades metodológicas de tais empreitadas.⁴ Como resultado, o conhecimento sobre o Movimento, no Brasil (e internacionalmente), curiosamente, é ainda largamente inadequado e parcial, o que tem produzido um amplo desencontro analítico sobre tal fenômeno social, independentemente da perspectiva teórica e/ou política, repetindo-se as análises marcadas pelo encantamento ideológico e pela superficialidade. Tais desencontros, de fato, são mais complexos, como ressaltou José de Souza Martins, pois envolvem quase todos os atores envolvidos nas disputas sociais no campo, inclusive as agências de mediação que pretendem representar os sem-terra no quadro da “política em geral”. Conforme este autor, “(...) O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postiça e inautêntica, anômica” (Martins, 2000a: 69).

O Movimento, formalmente nascido em janeiro de 1984, embora tenha emergido, de fato, anos antes, a partir da abertura política empreendida no âmbito do ciclo militar, já no final dos anos setenta, é o produto social e político de um conjunto de fatores, que serão

⁴ São inúmeros os trabalhos atualmente existentes sobre o MST, abordados sob os diferentes ângulos referidos, excetuando-se o último grupo dos “estudos nacionais”, que oferece raros exemplos. Provavelmente, a mais ousada incursão sobre a história deste movimento social (inclusive porque contou com o apoio da própria organização, que facultou o acesso a arquivos e documentos próprios), tenha sido a tese de doutoramento de Fernandes (1999). Os resultados deste estudo, contudo, embora reveladores e relevantes, do ponto de vista empírico, são modestos em termos analíticos, provavelmente maculados pela íntima associação entre o pesquisador e o disciplinado militante do Movimento. Um caso similar, igualmente idealizante (e pela mesma razão), ainda neste grupo, embora analisando apenas as ações “em educação” organizadas pelo MST é o trabalho de Caldart (2000), aliás uma tese de doutorado, o que igualmente simboliza os desacertos entre a produção do conhecimento e seus constrangimentos ideológicos. Não são conhecidos outros estudos que tivessem a mesma abrangência temática, embora proliferassem, neste período, os estudos sobre aspectos parciais da ação do Movimento, particularmente os estudos de caso sobre assentamentos rurais. Estes últimos serão citados, neste artigo, apenas quando relevantes para o suporte específico dos argumentos apresentados. Para uma idéia geral, contudo, dos estudos sobre assentamentos já realizados, consulte-se as listagens bibliográficas dos artigos que fazem parte da coletânea organizada por Medeiros e Leite (1999).

descritos nas seções seguintes. Tais determinantes incluem desde as condições políticas repressivas do período autoritário, e o ativismo político daí decorrente, às ações de mobilização e politização organizadas por setores radicalizados do clero católico, dos efeitos da vigorosa modernização agrícola da década citada à história política das comunidades rurais do Sul do Brasil (onde o Movimento primeiramente organizou-se), ou ainda, da abertura política iniciada em 1979 aos processos sociais que acabaram impulsionando um “ciclo de protesto” em áreas rurais daquela região brasileira. É talvez uma das mais fascinantes trajetórias sócio-políticas que a história brasileira já produziu, pois nos últimos vinte anos o MST tem conseguido manter-se suficientemente ativo para influenciar a agenda pública sobre o mundo rural e empreender ações coletivas de grande repercussão, tornando-se ator de referência obrigatória em todos os assuntos ligados à questão agrária brasileira. Extremamente ágil, o Movimento igualmente desenvolveu processos de organização e dinâmicas internas de estruturação que são justificadoras de sua força política, embora sejam mecanismos de sustentação operacionais quase sempre desconhecidos, inclusive, com certa surpresa, até mesmo por pesquisadores ligados à área correspondente, muito mais atraídos pelas ações externas e pela visibilidade pública do MST.

Três advertências iniciais são necessárias, para melhor situar o corpo de argumentos deste artigo e delimitar claramente seus objetivos. Primeiramente, opta-se aqui por adotar uma distinção analítica, com claras implicações políticas, entre a “organização dos sem-terra”, englobando o conjunto de seu corpo dirigente principal e seus militantes intermediários, diretamente ligados à organização como seus funcionários, e a ampla base social das “famílias sem-terra”. Entre estas, incluem-se os pequenos produtores agrícolas pauperizados, proprietários ou não (neste caso, meeiros, pequenos arrendatários, parceiros

e posseiros), detentores de diminutas parcelas de terra, insuficientes para a sua reprodução social, além de milhares de famílias rurais pobres que vagam pelos campos brasileiros, à procura de ocupação e renda e, também, parte dos assalariados rurais, que em algumas regiões agrárias têm sido atraídos para as fileiras do MST. O foco central deste artigo dirige-se, quase exclusivamente, à organização e seu corpo diretivo, sua história, estratégias de ação e seu repertório de escolhas e decisões, ao longo do período analisado, mas não aos sem-terra sob sua órbita, inclusive porque, como se argumentará, muitas vezes é significativa a distância entre a base social e a agenda discursiva e as formas de ação social escolhidas pela direção, o sucesso mobilizador do MST sendo explicado por outras razões, diferentes da adesão consciente e voluntária de sua base social. O segundo aspecto que aqui é salientado refere-se ao campo de processos sociais sob interpretação. Deve ser acentuado que este texto não é dedicado à análise social no Brasil contemporâneo, ou à discussão da questão agrária brasileira *lato sensu*. Os determinantes mais gerais, de ordem econômica ou sócio-políticos, são citados tão somente para indicar contextos e conjunturas, pois a centralidade analítica remete-se à organização dos sem-terra, inclusive secundarizando (e, às vezes, sequer mencionando) o conjunto de outras organizações populares do campo brasileiro, as relações estabelecidas, a natureza dos conflitos existentes entre tais organizações. Embora crucial, também não se discutirá pormenorizadamente o papel do Estado e suas políticas, senão também contextualmente, apenas sendo indicada a natureza das ações governamentais, em períodos específicos. Em face da imensa variabilidade da rede de relações construída e modificada, ao longo do tempo, entre tais atores, sua menção assumirá aqui contornos mais episódicos, meramente para o suporte dos argumentos apresentados. Finalmente, como se perceberá facilmente, as evidências empíricas apresentadas são, quase todas, relacionadas a situações do Sul do Brasil (a maioria, gaúchas), sendo este o terceiro esclarecimento prévio, que estabelece os

limites deste artigo. Se de um lado refletem a experiência como pesquisador do autor, deseja-se salientar, contudo, que as ilustrações empíricas extraídas da história do MST no Rio Grande do Sul (ou no Sul do Brasil) são largamente emblemáticas e representativas para poderem ser, com frequência, generalizadas para o restante do país. Nascido no Brasil meridional, a organização dos sem-terra tem no Rio Grande do Sul a sua mais antiga e sólida filial e, de fato, praticamente todas as iniciativas arquitetadas pelo MST foram testadas primeiramente neste estado, que tem servido de campo de experimentação para as diferentes iniciativas promovidas pela organização ao longo do tempo, depois repetidas nacionalmente.

Outra observação preliminar, imperativa para circunscrever os limites deste artigo, refere-se à própria noção de emancipação adotada. Diferentemente de outras possibilidades conceituais (por exemplo, a clássica noção habermasiana de “conhecimento emancipatório”), a idéia de emancipação, neste texto, é informada restritivamente por uma dimensão essencialmente política. Refere-se, precisamente, às chances das classes subalternas e os grupos sociais mais pobres, a partir de diferentes identidades, construir, de forma autônoma, suas diversas formas de associação e representação de interesses e, mais relevante, adentrarem o campo das disputas políticas e aí exercerem seu direito legítimo de defender reivindicações próprias e buscar materializar suas demandas, sem o risco de eliminação ou constrangimentos politicamente ilegítimos materializados por grupos sociais adversários. Esta proposição significaria um sistema político que incorporaria o conflito social como parte integrante de sua própria natureza e legitimidade, diferentemente da tradição brasileira de lidar com o conflito social como uma anomalia a ser combatida por todos os meios repressivos. Em uma sociedade tão marcadamente desigual, se o conflito não é parte constitutiva da política, as classes subalternas jamais terão a oportunidade de alterar as diferentes assimetrias existentes (e, se reais a autonomia

das formas de representação e a legitimidade do conflito, certamente estaria sendo aberta a senda de uma “democracia emancipatória”). Desta forma, tal noção distancia-se, inteiramente, da ambiciosa idéia (fantasiosa nesta quadra da história) da correspondência entre emancipação e a “grande transformação societária”, marcada pela profunda ruptura com a ordem existente. Ou seja, neste texto, emancipação não é sinônimo de ruptura anti-sistêmica e, menos ainda, de uma vaga ordem política socialista, mas, em perspectiva restrita, adere-se aqui à idéia da necessidade, relativamente óbvia no caso brasileiro, de dar significado real a tal conceito através da possibilidade da participação e da representação política (insista-se, de forma autônoma, sem o recurso ao líder messiânico, aos partidos políticos que abafam os interesses dos grupos subalternos, ou outra representação falsamente mediadora) e, igualmente, à concretização da presença de tais grupos no sistema de disputas políticas que os aceite e integre de forma legítima. Como se argumentará posteriormente, mesmo sob esta limitada noção de emancipação, o enorme sucesso do MST, quando mobiliza grupos sociais sem-terra, para construir sua arquitetura de ações coletivas, sequer remotamente tem se aproximado da noção (mesmo que restrita) de emancipação acima referida — o que justifica, aliás, o título do artigo. Ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, além de impedir a autonomia das formas organizacionais microsociais, locais e regionais, pois ameaçariam a existência de sua própria dimensão nacional, o MST, enquanto uma organização política, tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização.⁵

⁵ Maria Antônia Souza alerta, no entanto, para as infinitas possibilidades desenvolvidas pelos sujeitos sociais integrantes da base mais periférica do Movimento, menos quando estão nos acampamentos e mais quando já assentados, para contrapor-se, muitas vezes, às decisões da organização e seus militantes e, assim, criar

Neste artigo, é apresentado inicialmente uma concisa história deste movimento social, destacando os determinantes originais que produziram o nascimento de formas de protesto social no Sul do Brasil, gerando diversos movimentos sociais rurais, entre os quais a organização dos sem-terra. A seguir, na mesma seção, apresentam-se as fases mais salientes e as características distintivas de sua evolução nas últimas duas décadas, procurando demonstrar que o desenvolvimento do MST tem produzido, nos anos mais recentes, a opção por formas de organização interna, escolhas políticas e estratégicas e, também, uma “leitura de realidade” que é extremamente problemática, seja em relação às demais organizações do campo, seja em relação a seus próprios integrantes, alternativas que a organização dos sem-terra tem abraçado, em particular, em função de sua força política e de suas orientações ideológicas. Finalmente, antes das conclusões que fecham este artigo, a segunda seção analisa um sintético conjunto dos dilemas atualmente vividos pelo Movimento, salientando-se alguns aspectos mais críticos e controvertidos de sua ação política. Ou seja, nesta seção, antes de serem apontados os resultados mais destacados e notáveis da ação política e organizativa dos sem-terra — talvez já suficientemente conhecidos — o que é apresentado e discutido, por não ter sido ainda introduzido (aliás, sequer reconhecido como existente e real pela maior parte dos analistas e aderentes do Movimento) é exatamente um sintético conjunto de aspectos da face invisível do Movimento. Espera-se que a seção possa assim contribuir para ampliar o conhecimento sobre a organização, particularmente suas opções políticas, que poucas chances parecem ter de construir uma real emancipação dos pobres no Brasil rural.

“formas de resistência”. Seu estudo, aliás (Souza, 1999), é exemplar demonstração desta alternativa construída pelas famílias sem-terra, agregando-se a um expressivo e rigoroso conjunto de pesquisas mais recentes que começa a quebrar com o “encantamento” da maioria dos estudos anteriores. Sem aderir, como é óbvio, ao mito da neutralidade científica, e igualmente reconhecendo a imensa dificuldade de estabelecer fronteiras precisas entre o conhecimento científico e a banalização ideológica, ainda assim uma parte significativa dos estudos anteriores abandonou, muitas vezes, os cânones mais elementares da prática da pesquisa, produzindo uma ampla literatura meramente apologética, pouco contribuindo para o conhecimento acerca dos processos sociais rurais.

1. Concisa história do MST (1980-2000)

1.1 O contexto original

Assim como ocorreu em outros países da América Latina no período do pós-guerra, também no Brasil contemporâneo é possível identificar diversos momentos mais expressivos em que as populações rurais mais pobres, excluídas politicamente e subordinadas economicamente, puderam exercer o direito de mobilizar-se e organizar-se, e assim adentraram o espinhoso e complexo campo da política, em consonância com o que alguns autores definiram como “ciclos de protesto” (Tarrow, 1994). Usualmente aceita-se que, no caso do Brasil, são dois esses momentos. No primeiro, englobando parte dos anos 50 e os anos iniciais da década seguinte, encerrando-se bruscamente com o golpe militar de 1964, observou-se pela primeira vez a constituição e a multiplicação de sindicatos de trabalhadores rurais, que mobilizavam principalmente os assalariados das regiões comerciais do país e, também, a emergência de ligas camponesas, que abraçaram primordialmente as demandas de pequenos produtores, geralmente não-proprietários, em particular no Nordeste brasileiro. Além disto, como resultado da liberalização política característica do populismo daquela época e, igualmente, das transformações econômicas no meio rural, outros atores, como o Estado, os partidos políticos e instituições como a Igreja Católica, entraram vigorosamente na cena política, disputando influência e o controle do processo de organização dos “pobres do campo”, além de propor projetos de mudança ou de continuidade que, com o tempo, tornaram-se crescentemente polarizados entre si. Como resultado, a questão agrária acabou tornando-se um importante elemento

detonador do golpe militar, que derrotou as forças políticas que propunham mudanças estruturais no país.

Outro momento expressivo da (re)emergência dos movimentos populares no meio rural começou a se materializar no final da década de 1970, decênio aliás caracterizado, de um lado, por um inédito padrão de violência rural e, de outro lado, por processos de modernização e desenvolvimento capitalistas igualmente sem precedentes. A partir daqueles anos, o movimento sindical de trabalhadores ligado à estrutura oficial passou a mostrar-se mais dinâmico, mas, ainda assim, também constituiu-se um outro ramo competidor, que anos depois se vinculou à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outros eventos, no início dos anos 80, acabariam por levar à constituição do MST, que reintroduziu agressivamente a “bandeira” da reforma agrária no cenário político brasileiro. Além, certamente, de várias outras formas de expressão organizacional mais regionalizadas, como movimentos de mulheres rurais, de agricultores ameaçados pelo desenvolvimento de grandes obras públicas (como hidroelétricas), de pequenos produtores reivindicando acesso a políticas setoriais do Estado, entre outros. Da mesma forma, e como resultado das extraordinárias transformações do meio rural, um processo acelerado de mercantilização das atividades produtivas acarretou uma crescente diferenciação social, especialização da produção e integração aos novos complexos agroindustriais formados no período, criando outros interesses e a necessidade de novas formas de representação e estimulando diversas ações coletivas por pequenos produtores e trabalhadores rurais.

Os determinantes principais que contribuíram para a emergência e o desenvolvimento desses novos movimentos sociais rurais, iniciando-se pelo Sul do Brasil (e no Rio Grande do Sul em particular), entre o final da década de 1970 e os anos posteriores, poderiam compor uma longa lista, incorporando desde aspectos relacionados à história da participação política naquele estado, à existência de uma “cultura de organização” que as

comunidades rurais tradicionalmente apresentam ou, ainda, elementos reativos como a oposição ao controle exercido pelas elites locais. Nesta seção se argumentará, contudo, que esses movimentos sociais na região citada resultaram principalmente de três fatores: a liberalização política do período, nos anos finais do ciclo militar; as mudanças estruturais na economia agrária dos estados que modernizaram sua agricultura (basicamente, o Centro-Sul do Brasil) e seus impactos sociais, além da ação de setores progressistas da Igreja Católica, inspirados inicialmente pela exacerbação dos conflitos no campo, que cresceram exponencialmente nos anos setenta e, posteriormente, já na década seguinte, emoldurados pelos aparatos discursivos propostos pela Teologia de Libertação, fatores esses que, como seria esperado, exerceram influência diferenciada no tempo e no espaço agrário (Navarro, 1996). A materialização dos efeitos combinados desses três fatores, particularmente nos estados sulistas, deve-se às características específicas da agricultura nesta região brasileira. São estados com forte presença de agricultores familiares e onde a Igreja Católica tem presença igualmente expressiva em termos de mediadores e estruturas físicas, provavelmente sem comparação com outros estados brasileiros (em vista da histórica presença da Igreja exatamente entre as comunidades rurais, aí recrutando filhos de agricultores para a carreira religiosa e, também, contando com o apoio material das famílias rurais para construir igrejas, casas paroquiais, seminários e, inclusive, a sua manutenção ao longo do tempo). O processo de modernização agrícola dos anos setenta integrou a maior parte dessas famílias rurais aos diferentes circuitos econômicos e financeiros e, quando esgotado, criou crescentes problemas de reprodução social, fazendo inevitável uma aliança entre o braço rural da Igreja Católica, representado pela Comissão Pastoral da Terra (com seus mediadores oriundos, precisamente, da agricultura familiar) e as nascentes organizações populares do período, como as entidades sindicais e os movimentos sociais, como o MST. Somente após a sua consolidação nos estados do Sul,

durante a maior parte dos anos oitenta, é que foi possível, gradualmente, para estas novas organizações, ampliar seu raio de ação para os demais estados, o que ocorreu na segunda metade daquela década e, em especial, a partir dos anos noventa.

1.2 O MST: fases de sua história

Uma análise da história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mesmo que restrita exclusivamente a regiões específicas do Brasil, representaria difícil desafio de pesquisa, em vista da vigorosa história social que este Movimento desenvolveu, a partir dos primeiros anos da década passada. Organizado nacionalmente desde meados dos anos 80, o MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. Tem conseguido, assim, manter-se à tona e evitado situações de fortes indefinições, como tem sido a situação experimentada pelo movimento sindical ou outros movimentos sociais rurais. Seus desafios são, proporcionalmente, também maiores, por ter como base social os “mais pobres entre os pobres do campo”, normalmente grupos sociais de ocupação episódica, sem moradia definida, sem acesso à escolaridade e, quase sempre, facilmente vítimas de manipulações políticas de toda ordem — na linguagem do próprio Movimento, sua base forma o “lumpesinato”, os setores sociais mais frágeis do meio rural. Mas, seu desafio principal é exatamente aquele derivado da razão mesma de sua existência, isto é, tentar pressionar socialmente para alterar um padrão de propriedade da terra historicamente consolidado, onde o controle deste recurso mantém-se nas mãos de uma minoria de proprietários.

Entre os movimentos sociais que surgiram naqueles anos de transição política, o MST apresenta a mais forte identidade social e tem sido capaz de bem definir a sua base social e

motivá-la. Como resultado, é um movimento com expressiva capacidade de mobilização, o impacto de suas ações sendo, no geral, de grande visibilidade pública. Tendo se tornado um ator social reconhecido e participativo das lutas sociais, os resultados de suas ações têm sido razoavelmente significativos, pois já conseguiu forçar o nascimento de milhares de novos assentamentos em todo o Brasil — embora números talvez não tão relevantes, em termos numéricos, se comparados à população potencialmente demandante de terra. Segundo os números oficiais, até o final de 1996, tinham sido assentadas, em todo o país, 117 mil famílias, mas apenas entre janeiro de 1997 e junho do ano seguinte, outras 114 mil famílias receberam suas parcelas de terra e os programas de reforma agrária federais estimam que será possível oferecer acesso à terra, entre 1999 e 2002, para outras 400 mil famílias. Tais resultados, pelo menos em algumas sub-regiões, têm contribuído para a melhor distribuição fundiária em várias regiões rurais do país, criando oportunidades de ocupação e de acesso à terra para milhares de famílias, além de instaurar dinâmicas econômicas novas.

Provavelmente, sob uma perspectiva geral, pode-se segmentar a história do Movimento em três momentos principais — correndo-se o risco, é claro, de uma extrema simplificação, especialmente a partir de 1994/95, quando o Movimento expandiu-se nacionalmente e as variações regionais acentuaram-se significativamente. O primeiro momento refere-se aos anos formativos, do início da década de 1980, quando os primeiros grupos de sem-terra foram organizados, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, passando por sua estruturação formal (em 1984, com o congresso de constituição, na cidade de Cascavel, no Paraná), a realização de seu primeiro congresso nacional, em Curitiba (em janeiro de 1985) e até o emblemático ano de 1986, que conclui esta primeira fase, quando o movimento era ainda essencialmente sulista. Neste primeiro período, o MST contou com a forte presença de mediadores religiosos ligados aos grupos progressistas da Igreja

Católica, inclusive como dirigentes do próprio Movimento e, no geral, selecionou ações de pressão menos confrontacionais, optando frequentemente pela negociação e tendo como interlocutor principal os governos estaduais — até 1985. Neste último ano, nacionalmente, a partir do primeiro governo civil que tomou posse, encerrando o ciclo militar, defrontou-se também com o Governo Federal. Salientava-se nesta primeira fase, em virtude da presença da Igreja Católica, a adesão a ações marcadas pela não-violência e, pelo lado do Governo Federal, destacava-se a presença clara da reforma agrária na agenda do Estado, em virtude da militarização de tais disputas sociais. Eram, contudo, momentos de fácil recrutamento de agricultores com pouca terra ou sem terra e o Movimento expandia-se agilmente, fundado no significativo apoio dos mediadores religiosos da Comissão Pastoral da Terra e nas facilidades operacionais oferecidas pelas estruturas da Igreja Católica. Não muitos novos assentamentos foram formados, mas os poucos concretizados serviram como forte estimulante à ampliação da capacidade de mobilização do Movimento.

Uma segunda etapa ocorreu entre os anos de 1986 e 1993. Neste período, as ações do Movimento gradualmente tornaram-se principalmente confrontacionais (simbolizado, inclusive na mudança da consigna principal, que se era antes “Terra para quem nela trabalha”, passou, nesta segunda fase, para “Ocupar, resistir, produzir”), com vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários, em virtude de uma nova orientação interna, que privilegiava esta tática de luta — particularmente, a partir da recusa dos agricultores sem-terra em submeter-se à direção incontestável assumida até então por mediadores da Igreja Católica. A partir desta fase, portanto, inverte-se a relação entre os mediadores religiosos, os quais, se antes definiam a orientação geral do Movimento, passaram gradualmente a compor-se como quadros auxiliares da organização, o que apenas acentuou-se nos anos seguintes, quando permaneceram na órbita do MST apenas os quadros mais radicalizados do clero católico.

No Sul, um episódio que bem ilustra esta fase foi, entre inúmeros outros fatos, o “conflito da Praça da Matriz”, ocorrido no centro da cidade de Porto Alegre, em agosto de 1990, quando os agricultores enfrentaram a polícia militar estadual, em incidente cuja violência surpreendeu fortemente a opinião pública daquele Estado.⁶ Em resumo, estas tendências refletiam a apressada adesão a um ideário leninista, ainda que simplificado, por parte do pequeno grupo de dirigentes principais, que sacrificou até mesmo a orientação do jornal da organização, que passou a ser mero instrumento de “agitação e propaganda”.

Como resultado, neste período decidiu-se também organizar este movimento social como um “movimento de quadros” (e não “de massa”, como se pensava no primeiro momento, estimulado pela presença da Igreja), aos poucos deixando de assumir-se como um “movimento social”, no sentido sociológico da expressão, mas moldando-se propriamente como uma centralizada organização.⁷ O MST deixou então o Sul como região privilegiada de ação e transferiu sua sede para São Paulo (onde ainda permanece), salientando-se que, naqueles anos, o Governo Federal passaria a ser o interlocutor principal, até pelo menos o

⁶ O episódio causou intensa repercussão, pois os agricultores envolveram-se em um violento conflito com a força policial, em pleno centro da cidade de Porto Alegre. Em certo momento, um grupo de sem-terra cercou um soldado e um deles o degolou com sua foice, todos fugindo posteriormente, em meio à confusão reinante. Como resultado, a polícia militar do Estado acabou forjando falsos culpados, incriminando-os sem provas. O MST, por seu turno, transformou a prisão dos acusados em um problema diverso, tratando seus militantes presos como “prisioneiros políticos”, em uma inversão que produziu resultados públicos satisfatórios para a organização, desviando o debate para outro ângulo, que não o do assassinato do militar.

⁷ Neste ponto residiriam amplas possibilidades de uma interminável controvérsia, não apenas acerca do conceito de “movimento social” mas, igualmente, das diferenças entre um coletivo social que se organiza como movimento e um outro que estrutura-se como uma organização inspirada nos manuais leninistas. Não sendo o caso, neste artigo, de dissecar diferenças teóricas e conceituais, apenas enfatiza-se que o autor deste artigo, em relação ao primeiro aspecto, adere a uma noção de movimento social que não prescinde de um alto grau de participação de seus membros e uma estrutura decisória flexível e democrática. Se assim não for, a referência já será a uma organização, tal como o MST optou por aderir, a partir de 1986, e os riscos maiores, entre tantos outros, são exatamente aqueles de todas as organizações formais não democráticas — e, em especial, aquelas que se julgam portadoras do iluminismo político-ideológico. A referência obrigatória, neste caso, é certamente a obra clássica de Roberto Michels, cuja “lei de ferro da oligarquização das organizações” é conhecida, uma tese que indica uma tendência poderosa no desenvolvimento organizacional. Este autor advertia, já em 1911: “a democracia é inconcebível sem organização [que é] (...) a arma dos fracos em suas lutas contra os mais fortes (...) de meio, a organização passa a ser um fim (...) quem diz organização, diz oligarquia”. (cf. Michels, Roberto. *Political Parties*, *passim*, citado em Fox, Jonathan, 1990).

ano de 1988, quando foram abandonadas as esperanças de ocorrência de amplos processos de desapropriação de terras, pois o Governo Federal aos poucos liquidou suas intenções neste campo, como era a promessa inicial do governo civil da “Aliança Democrática”, que assumira em 1985. Mesmo retornando, no final desta fase, a confrontar-se com os governos estaduais, este seria o período de maiores resultados práticos (sendo apenas suplantado pelos resultados do período iniciado em 1996), com o número de assentamentos ampliando-se e um número significativo de agricultores sendo recrutado para as ações propostas. No final desta segunda fase, o MST experimentou também uma relativa crise, em vista da presença ostensiva de forças contrárias, como a efêmera UDR (União Democrática Ruralista), uma organização de grandes proprietários que optava por métodos confrontacionais e violentos, em suas ações no meio rural. Mas surgiu também outro problema crescente, em alguma medida ainda não resolvido, relacionado ao crescimento rápido do número de assentamentos, que passaram a impor uma pergunta premente: como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como “áreas modelo”? A resposta a esta pergunta, desenvolvida pelo Movimento em diversos assentamentos, em vários estados, e representou um dos mais fascinantes exercícios de ideologização já produzidos, quando o MST propôs (e impôs, onde foi possível) a constituição de cooperativas inteiramente coletivizadas — uma evidência notável do grau de mistificação ideológica então alcançado.⁸

O terceiro momento engloba os anos mais recentes, iniciando-se em 1994, quando o MST viu-se envolvido em um conjunto novo de fatos políticos a serem considerados, como a

⁸ Alguns estudos sobre assentamentos já analisaram esta curiosa tentativa de “ideologização da produção”. Consulte-se, por exemplo Cazella (1992); Navarro (1995), Souza (1999), Pereira (2000) e Brenneisen (2000). É importante ressaltar, no entanto, o estudo de Neusa Zimmermann, realizado no assentamento São Pedro (Rio Grande do Sul), provavelmente o pioneiro estudo que analisou, com notável percepção sociológica, as tensões geradas nas novas áreas, em face das propostas do Movimento (Zimmermann, 1989).

crecente desconfiança dos outros movimentos em relação aos sem-terra e sua organização, em virtude de compreensões distintas da vida social e das estratégias de transformação política da sociedade. Mas também a nova realidade dos assentamentos, agora em grande número, e exigindo respostas rápidas quanto à organização da produção e dos produtores nestas áreas. O fato marcante, no entanto, é que o MST, a partir daquele ano, “conquistou” São Paulo, conseguindo consolidar-se neste estado e descobrindo um campo privilegiado de atuação, o Pontal do Paranapanema, enorme área agrária ideal para as táticas de luta do Movimento, pois é região devoluta em que os proprietários de terra, em sua maioria, não têm mais o direito de recorrer aos atos desapropriatórios (já decididos em última instância). Por atuar com tal desenvoltura no estado mais influente, com forte repercussão nos meios de comunicação, o Movimento passou a ter presença ainda mais marcante nos assuntos relativos à reforma agrária e tornou-se interlocutor obrigatório para este tema e os assentamentos.⁹

A outra razão para a crescente força política e capacidade de pressão do MST derivou de alguns trágicos eventos que nos anos recentes têm marcado algumas ocupações de terra — cuja ocorrência, certamente, não surpreendem inteiramente, em face da postura confrontacional adotada pelo Movimento como sua arma de luta principal e pelo costume usual das forças militares de reprimirem violentamente as ocupações de terra. Dois deles foram especialmente decisivos para impulsionar as pressões sociais em favor da reforma agrária nos últimos anos, os episódios de Corumbiara, em Rondônia (agosto de 1995) e, depois, o massacre de Eldorado dos Carajás, no Sul do estado do Pará, ocorrido em abril

⁹ As evidências da importância de situar-se em São Paulo materializam-se na abrangente presença, desde então, do Movimento nas páginas dos jornais e revistas, além de corriqueiras reportagens em outros meios de comunicação. Há uma outra razão crucial para explicar o ressurgimento da força do MST naqueles anos: provavelmente, em nossa história, nunca os proprietários territoriais estiveram tão enfraquecidos politicamente como o são atualmente, os sinais desta fragilidade sendo notórios — não apenas economicamente, mas também do ponto de vista de sua eficácia organizacional.

do ano seguinte.¹⁰ Em ambos os casos, vários trabalhadores rurais foram assassinados, em virtude da brutal ação das forças policiais. Foram eventos que, em certa medida, refletiram uma forte inflexão pública a favor da organização dos sem-terra, especialmente porque o segundo evento produziu uma intensa repercussão, nascida do fato de ter sido o confronto filmado e, posteriormente, reproduzido repetidamente, em diferentes momentos. Fruto de sua forte influência naquela conjuntura, sem surpresa o III Congresso Nacional do MST modificou novamente a sua máxima política, desta vez para “Reforma agrária: uma luta de todos”.

Há ainda um fator que quase sempre tem sido ignorado, embora de relativa importância interna, para as decisões da organização e suas características atuais. Neste período mais recente, em função das atividades de formação desempenhadas nas escolas que o MST instalou, onde jovens assentados recebem formação política e alguns cursos profissionalizantes, aos poucos constituiu-se uma “segunda geração de militantes”, desta vez formada por jovens oriundos de todos os estados brasileiros, assim refletindo realidades agrárias muito distintas e, em relação aos estados situados na metade norte do país (as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste), militantes muito mais abertos a interpretações ainda mais radicalizadas da realidade, refletindo suas próprias experiências de vida. O resultado tem sido a lenta aparição de um novo conjunto de líderes que defendem e realizam ações coletivas mais ousadas e contestadoras da ordem social. A imagem de um MST “provocador” que tem sido gradualmente constituída, especialmente a

¹⁰ O outro grande evento recente, que produziu enorme repercussão e, claramente, “encurralou” o Governo Federal na ocasião, foi a marcha à Brasília, realizada em abril de 1997, que culminou com um comício de grandes proporções, reunindo, provavelmente, em torno de cem mil pessoas, no evento conclusivo da marcha, naquela cidade. Um minucioso estudo sobre a marcha pode ser encontrado em Chaves (2000). Posteriormente, outros atos de pressão realizados nos anos seguintes, como a invasão de prédios públicos, em diversas capitais ou, ainda mais recentemente (janeiro de 2001), os ataques a estações agrícolas experimentais que pesquisam organismos geneticamente modificados (OGMs) produziram igualmente generosos espaços nos meios de comunicação, mas é duvidoso que tenham também produzido a adesão da população, como nos outros casos citados.

partir de 1998, provavelmente repercute mais a ação regional dessas novas lideranças e, menos, a percepção política dominante entre os dirigentes (majoritariamente sulistas) da “primeira geração” que, embora ainda comandando a organização, são crescentemente confrontados com a radicalidade dos jovens dirigentes recentemente incorporados à estrutura decisória da organização. Começa a ser surpreendente, neste sentido, o contraste discursivo entre os jovens dirigentes do Movimento, quando comparados entre os diferentes estados do Sul e, por exemplo, do Nordeste do país.

Nos anos mais recentes (entre 1994/95 e nossos dias), as ações do Movimento expandiram-se em algumas regiões agrárias e refluíram em outras (dentre estas, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, berço do MST), não sendo objetivo deste artigo discutir as razões que explicam estas variações. Provavelmente, é mais relevante registrar o que se apresenta atualmente para o Movimento como seus dois maiores desafios. Primeiramente, o problema da democracia, pois aproxima-se o momento em que a organização poderá defrontar-se com dissensões e conflitos crescentes, não apenas internamente mas, também, nas relações com outros movimentos sociais e organizações do chamado “campo popular”, neste último caso em virtude do aprofundamento das diferenças políticas e ideológicas. Por estruturar-se como uma organização essencialmente não-democrática, contudo, são amplos os sinais de conflitos também internos, em que o *ethos* militarista e a devoção quase religiosa de alguns de seus militantes intermediários, comandados por um pequeno conjunto de lideranças nacionais principais, talvez não seja mais suficiente para assegurar o controle sobre os acampamentos e, principalmente, sobre os assentamentos.¹¹

¹¹ São inúmeras as evidências comprobatórias do limitado foco educacional das escolas de formação política do Movimento. Claramente, sob os vários mecanismos doutrinários utilizados, a ênfase não era (e não tem sido) na formação política universalista dos jovens sem-terra participantes mas, pelo contrário, reforçar a “mística” do MST, criando uma geração de militantes cegamente voluntaristas. Não surpreende, assim, que as camadas intermediárias do Movimento, em sua ação política, ajam de forma rigidamente dogmática e uniforme, presas a um conjunto de preceitos políticos mínimo, do qual não podem abrir mão, pois se

Evidentemente, o que mais se salienta, neste aspecto, é exatamente o instrumentalismo de uma retórica ideologicamente anti-sistêmica, meramente construída para fins internos (no sentido de manutenção da coesão do conjunto de seus militantes principais), e que conseguiu desenvolver uma identidade política monolítica e a segurança de seus objetivos políticos e formas de ação.¹² Trata-se de uma aparente charada, talvez incompreensível para aqueles que se informam sobre o MST apenas periféricamente (ou através das superficiais e impressionistas matérias jornalísticas), o que produz curiosos comportamentos de alguns setores sociais, distintos entre si, mas igualmente equivocados. De um lado, setores conservadores reagem à retórica esquerdista e aos símbolos que, assim julgam, provavelmente o “muro já teria enterrado”, clamando pela imposição dos preceitos legais que evitariam a ação dos sem-terra, quando ocupam propriedades privadas. Mas os setores sociais e agrupamentos partidários socialistas de extração urbana, igualmente desinformados acerca do mundo da política rural, e/ou motivados apenas pelos manuais da literatura “clássica”, pretendem perceber nas ações de ocupações de terra, e no crescimento do Movimento, potencialidades políticas transformadoras que, de fato, inexistem no campo de expectativas dos trabalhadores sem-terra — são mudanças relevantes, isto sim, no sentido da democratização da “sociedade rural” sem conter, contudo, motivações políticas destinadas a promover rupturas.

enfraqueceriam na interlocução e nas disputas políticas, pela falta de capacidade política mais abrangente. Também sem surpresa, resultante de uma formação política tão limitada, a diversidade desaparece nos esquemas de interpretação utilizados pelos quadros da organização, pois tal complexidade seria incompatível com a extrema simplicidade da formação política dos militantes sem-terra.

¹² Esta razão instrumental torna-se ainda mais evidente quando se verifica que, de fato, a história do MST organiza-se fora do campo institucional (portanto, anti-sistêmica) tão somente em relação às ocupações de terra — ações que, em muitos estados (como no Sul), são atualmente pouco impactantes, pois já vistas como meros instrumentos de pressão que garantam acesso a outras áreas de terra. Quanto ao restante de sua agenda de demandas e ações, o Movimento, pelo contrário, talvez até seja o mais integrado (ao sistema dominante) de todos os movimentos sociais e suas organizações — as evidências deste argumento são tantas que, por serem provavelmente notórias, não parece ser necessário relatá-las, bastando talvez ressaltar que nos anos mais recentes a sustentação do MST se dá, majoritariamente, pelo acesso às políticas públicas, que garantem a

O objetivo da formação política de jovens agricultores sem-terra nas escolas do Movimento situa-se, como antes referido, em campo inteiramente distinto — em resumo, pretende-se tão somente produzir a adesão a uma compreensão “total” e fechada da política que, de fato, sequer procura situar-se concretamente em relação ao desenvolvimento político brasileiro recente, pois volta-se inteiramente “para dentro”, já que é destinada precipuamente a manter a disciplina, a motivação e a coesão entre seus militantes intermediários. Algumas vezes, a mistificação ideológica pode atingir o patético, na tentativa de reforçar a perspectiva polarizada do mundo e o maniqueísmo das interpretações políticas. O jornal do Movimento, por exemplo, é talvez o melhor espelho das mudanças operadas. Até 1986 uma publicação plural, naquele ano sofreu a intervenção da direção nacional e foi transformado em “instrumento de agitação de massas”, no melhor estilo do receituário leninista. Seus jornalistas, por desconfiança, foram afastados e substituídos por “repórteres populares”, tal reorientação passando a refletir-se nas páginas da publicação. Como ilustração da nova opção ideológica, cite-se, por exemplo, entre dezenas de possibilidades de distorção deliberada dos fatos, a maneira como o jornal, em sua seção de “fatos diversos”, tratou a prisão do lutador norte-americano Mike Tyson, em 1991, acusado (e posteriormente condenado, inclusive com sua confissão) de estupro. Na perspectiva “política” do jornal, tal fato simplesmente não ocorreu e a prisão de Tyson ocorreu, isto sim, em face da histórica discriminação racial existente naquele país, razão que teria sido a única para ser preso e condenado, segundo o que o periódico, na ocasião, publicou, provavelmente para surpresa de seus leitores mais informados. Neste caso, como na maior parte da agenda política organizada pela direção do Movimento, igualmente fruto de um discurso inspirado pelos setores ligados à Comissão Pastoral da Terra, que lhe serve

sustentação financeira da organização. Nada mais contraditório, portanto, do que sua deslegitimação discursiva do Estado (Martins, 2000a).

como suporte de legitimação religioso, o recurso é à polarização extremada entre o “bem” e o “mal”. Curiosamente, mesmo em meio à crescente complexidade social e cultural do país, bem como à ampliação do arco político e ideológico, vencido o ciclo militar do passado, os instrumentos mobilizadores do MST jamais conseguiram ultrapassar os estreitos limites de uma perspectiva marcada por pólos antípodas que opõe o virtuoso e o maléfico, distantes por certo de qualquer correspondência real. Preso a esta armadura de visível simplificação ideológica, que tem fins meramente instrumentais, não surpreende que a organização raramente tenha conseguido estabelecer alianças ou agendas comuns sequer com as demais organizações populares do campo brasileiro.

Tal formação política, é claro, impede inteiramente a compreensão de seus militantes acerca da realidade social e dos problemas da política *at large* e, por ser superficial e incongruente, tem produzido surpreendentes e corriqueiros casos de rompimento e conflitos — particularmente, quando a identidade social original, nascida no mundo da “pequena produção”, e rompida pelos tempos do acampamento e das ocupações de terra, concretiza-se novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado. Em tais situações, são comuns os anseios, entre tantos assentados, de refluir em relação à sua organização. Entretanto, como grupos dissidentes não comandam os meios de sua sustentação, como aqueles que o MST criou ao longo do tempo, as famílias rurais descontentes, nos assentamentos, são rapidamente afastadas do convívio dos demais assentados e, em alguns casos, são inclusive retiradas do próprio assentamento. Por tal razão, não podendo apoiar-se no “ciclo virtuoso” que mantém o Movimento, tais dissidências raramente constituíram-se em grupos organizados com poder e visibilidade pública. Quando isto ocorreu, representaram meros apêndices de partidos políticos de esquerda ou, então, sobreviveram por curto tempo, sem chances maiores de sobrevivência. Em Pernambuco, por exemplo, nos anos de 1996 e 1997, existiam pelo

menos seis “movimentos de sem-terra” presentes naquele estado, nenhum deles, contudo, representando qualquer ameaça ao MST ou podendo sobreviver por tempo maior.

O outro desafio que tem surgido com força crescente para o Movimento é exatamente a gestão dos novos assentamentos que se multiplicam pelo país. Não se pretende aqui analisar este tema em suas especificidade, o que se distancia do objetivo do presente artigo, apenas registrando-se que as propostas produtivas até agora defendidas não têm concretizado situações inovadoras em relação às possibilidades usualmente enfrentadas por agricultores familiares pauperizados. Neste sentido, os assentamentos, como regra geral, não deverão se constituir em mais do que uma sobrevivência temporária às famílias que perderam a terra e voltam a ter acesso a uma parcela de um assentamento. Optar, como tem sido o caso mais corriqueiro nos assentamentos, por formatos tecnológicos típicos ou da “agricultura de sobrevivência” ou, como em muitos assentamentos do Sul do país, da “agricultura moderna”, esta última demandante de insumos agroindustriais e de estruturas produtivas que elevam os níveis de endividamento dos assentados, não oferece viabilidade econômica e produtiva aos novos parceiros, particularmente à luz dos condicionantes macroeconômicos do período recente.

Provavelmente esteja sendo iniciada uma quarta fase na história do Movimento, quem sabe definida a sua abertura a partir de 1998, quando as dificuldades para a ação da organização ampliaram-se notavelmente. Embora a retórica justificadora para as incertezas desses anos venha apontando, em particular, para os resultados de “ações criminalizadoras” da ação governamental, argumento que parece distante da realidade (um emblemático auto-engano compartilhado por tantos de seus aliados), o fato é que o crescente isolamento do MST, em relação às demais organizações populares do campo, e até mesmo em relação a algumas entidades antes aliadas, tipicamente urbanas, reflete, isto sim, o conjunto de recentes escolhas políticas da organização.

Ironicamente, a história recente do MST repete, sob diversos ângulos, a história das ligas camponesas, em seus anos imediatamente anteriores à ruptura institucional de 1964, comprovando assim a natureza cíclica dos processos sociais. Desde a exacerbação da retórica política às formas extremadas de luta social, passando pelo ataque ao Estado e, até mesmo, à pueril adoção de “esquemas militares”, as lições da história passada parecem ter sido esquecidas pelos dirigentes da organização. Nos últimos três anos, o Movimento tem optado por um processo de radicalização política cuja *rationale* parece avessa a qualquer esquema interpretativo. Preferindo invadir, por exemplo, prédios públicos, ocupar algumas propriedades notoriamente produtivas (que não podem ser desapropriadas, segundo a lei), invadir navios para denunciar a existência de carga de “grãos transgênicos”, afrontar diretamente as demais organizações populares do campo, realizar atos de pressão política sobre temas recentíssimos e ainda muito controvertidos, na esfera dos debates públicos (como os tratados de livre comércio ora propostos, ou o tema dos organismos geneticamente modificados), além da repetição exaustiva de um discurso anti-Estado, são iniciativas que têm contribuído para afastar o Movimento de suas áreas anteriores de adesão política, estreitando seu campo de ação. Talvez o sinal mais significativo desta nova fase, se concretizada, seja exatamente a reticência da cúpula da Igreja Católica em aliar-se, quase incondicionalmente (como no passado), com a organização dos sem-terra, crescentemente desconfiada de suas formas de ação e opções políticas, embora a agência de mediação da instituição, a Comissão Pastoral da Terra, há anos venha atuando como linha auxiliar do Movimento (a mais rigorosa análise sobre a ação e a história recente da CPT sendo encontrada em Martins, 2000: 11-71 e 133-153).¹³ O tempo, contudo, é que

¹³ Para não citar a campanha nacional pela delimitação do tamanho das propriedades rurais (em um regime capitalista?) ou, ainda mais incompreensível, a posição da organização em relação ao programa governamental intitulado “Banco da Terra”, que pretende oferecer crédito para a aquisição de terra às famílias sem-terra, com recursos do Banco Mundial. Contrariamente ao esperado, em face de sua força política no período (o projeto foi implantado em 1997), o MST recusou-se sequer a negociar com o Governo

indicará se tais rupturas irão concretizar-se mais amplamente ou se, caso contrário, o MST poderá reorganizar-se politicamente e melhor interpretar suas alternativas e possibilidades, à luz das mudanças operadas no Brasil, no período recente.

2. O MST e os dilemas da luta social no campo

A experiência social e política do Movimento, particularmente nos anos mais recentes (de meados da década de 1990 aos nossos dias), tem sido emblemática, por um lado, de suas virtualidades e extraordinária capacidade de manter-se proativo, como ator social fortemente presente na vida política, mas, também, como contraponto, é igualmente uma história organizacional exemplar, quando revela seus atuais impasses.

Neste artigo, à luz dos resultados mais expressivos alcançados pelo MST, um considerável espaço seria necessário para listar seu imenso conjunto de realizações, ao longo dos anos e nas diversas regiões rurais brasileiras. São vários os casos, por exemplo, de regiões antes relativamente “adormecidas”, do ponto de vista econômico, mantendo raríssimas atividades produtivas e que se tornaram relativamente dinâmicas, impulsionadas pela presença de assentamentos que foram formados na área e, igualmente, com a chegada da organização dos sem-terra e seus líderes, ou seja, por um novo conjunto de “agricultores-tornados-dirigentes-municipais”, que passaram a pressionar mais intensamente as instituições locais, interferindo mais incisivamente na implantação das políticas governamentais e, em especial, passando a exercer maior vigilância sobre as práticas políticas. Essas pequenas regiões sub-nacionais revitalizadas são inúmeras, espalhadas em quase todo o Brasil, e respondendo pelo nascimento de um conjunto de famílias rurais

Federal os limites deste programa (o qual, dependendo das condições de pagamento, é atraente para as famílias rurais mais jovens, na forma de crédito fundiário). Preferiu, pelo contrário, o mecanismo inócuo da

mais participativas e, em conseqüência, contribuindo para a democratização de seus respectivos municípios. Como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os estados tem produzido, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes comandadas especialmente pelos grandes proprietários de terras. Os próprios assentamentos também derivam, em grande parte, da ação de pressão do Movimento e, menos, de prévias decisões governamentais. Embora a reforma agrária e a “necessidade de mudar a estrutura de propriedade da terra” estivessem inscritos na agenda política brasileira há longo tempo e alguns governos, na história do país, adotassem posturas favoráveis à implantação de programas de reforma agrária, o fato é que a multiplicação de assentamentos, em números crescentes e sem precedentes, nos últimos cinco anos, relaciona-se diretamente às pressões realizadas pelo MST (e, em alguns estados, pelo movimento sindical de trabalhadores rurais), sem deixar de também reconhecer a conjuntura favorável à implantação desta política, em face da fragilização dos grandes proprietários de terras.¹⁴ As ocupações de terra, com efeito, tem sido decisivas para impulsionar o programa de reforma agrária. Girando em torno de 100 ocupações, em todo o país, nos primeiros anos da década de 1990, cresceram exponencialmente a partir de 1996, quando atingiram 398 ocupações, chegando a quase 600 dois anos depois, com pequena queda nos anos mais recentes. Sintomaticamente, é o período em que a administração federal mais avançou seu programa de formação de novos assentamentos.

“denúncia” do programa e a reivindicação, junto ao Banco Mundial, de instalação do “*Inspection Panel*” que, sem surpresa, nada produziu de efeitos práticos.

¹⁴ Contrariamente ao senso comum predominante, entre 1995 e 2001, por exemplo, a administração federal realizou um programa de reforma agrária que desapropriou terras e assentou famílias rurais sob números que suplantam praticamente todo o histórico anterior, somadas todas as iniciativas antes realizadas por outros governos. Se os números gerais são extremamente significativos, contudo, nesta comparação, alerte-se que nem assim alterou de forma perceptível o índice de Gini referente à distribuição de terras no país, que permanece com um dos mais altos do mundo.

Neste sentido, a eficácia política e organizativa empreendida pelo Movimento, talvez pudesse ser circunscrita, principalmente, a três conjuntos de resultados principais. Primeiramente, a permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos da sociedade brasileira no período, demanda que provavelmente seria enfraquecida ou até mesmo eliminada, sem a existência da organização dos sem-terra, para insistir na necessidade de sua implantação. Em segundo lugar, a formação de um número expressivo de assentamentos, o que garantiu o acesso à terra a um número igualmente significativo de famílias rurais pobres (antes indicado), as quais, sem tal alternativa, ficariam à mercê da opção migratória para as cidades, em uma época de baixo dinamismo da economia e redução das oportunidades de trabalho nas cidades.¹⁵

Finalmente, o terceiro aspecto que merece ser ressaltado como representando mérito destacado da organização, em muitas regiões, refere-se exatamente à citada democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula, tão logo os assentamentos são constituídos. Associado a tal fato, há um ângulo de extraordinário efeito, em algumas regiões brasileiras, fruto das ousadas ações do MST, e que refere-se a uma inversão das relações entre grandes proprietários de terra e os “pobres do campo”. Historicamente, como é notório, essas relações refletiam a categórica dominação política dos fazendeiros nas diversas regiões agrárias, evidenciada sob diferentes formas de subordinação econômica experimentadas pelas classes subalternas do campo brasileiro. Em algumas regiões, contudo, em vista da multiplicação da arma de pressão do Movimento (as ocupações de terra), o conteúdo de tais relações tem sido alterado, criando sentimentos de crescente temor por parte dos grandes proprietários de terra, que assistem,

¹⁵ E, nos assentamentos, em muitas regiões, materializando ações de grande mérito social, como as iniciativas educacionais, que têm aberto o acesso à escolaridade para milhares de crianças assentadas. Para uma informação geral sobre a ação do Setor de Educação do MST, consulte-se Gohn (1999).

amiúde, à incapacidade de o Estado contrapor-se, como no passado, a esta forma de pressão organizada pelos sem-terra. Em algumas regiões, como no Sul, tal temor às vezes expressa-se visivelmente, se analisadas as contra-reações dos proprietários, quando ocupações de terra ampliam-se em número e em regiões específicas. Esta inversão, em relação ao passado de dominação política dos maiores proprietários é, talvez, um dos resultados mais notáveis da história do Movimento, ampliando assim as chances de crescimento dos estoques de terra para programas de reforma agrária, agora facilitado pela desesperança gerada entre os grandes proprietários, gradualmente impotentes para contrapor-se às ocupações de terra.¹⁶

Ressaltada, genericamente, a agenda bem sucedida da ação do MST, caberia indicar o que a literatura raramente aponta, qual seja, uma série de dificuldades e desencontros gerados pelas formas de ação e opções políticas selecionadas pelo Movimento, que submetem sua história recente a uma luz crescentemente crítica. Dentre esses impasses, citam-se alguns, sucintamente discutidos a seguir:

(a) a formação de um “círculo virtuoso” que sustenta a ação política da organização e permite a realização de um sem-número de ações públicas que a todos surpreende, porém sustentado em formas de controle social nos “seus” assentamentos, onde as famílias rurais são submetidas ao mandonismo dos dirigentes intermediários, assim repetindo o conservador padrão de hierarquização que sempre foi a marca distintiva das relações sociais rurais no Brasil (multiplicando-se, insista-se, os trabalhos de pesquisa

¹⁶ Tal inversão pode ser simbolizada pela manifestação do jornal (de orientação conservadora) *Zero Hora*, o principal do Rio Grande do Sul, que estampava, em 14 de agosto de 2000, a seguinte manchete principal: “Fazendeiros definem plano de resistência a ameaças de sem-terra”. Dez anos antes, uma manchete semelhante certamente trocava a posição, na frase, das palavras “fazendeiros” e “sem-terra”. Uma sintomática indicação, exatamente, do clima de relativo desalento que instalou-se entre os grandes proprietários de terra, em algumas regiões, incapazes, cada vez mais, de usar os aparatos estatais para manter a intocabilidade de seu patrimônio fundiário.

demonstrativos de tais práticas nessas áreas). Tal controle social é concretizado por serem tais dirigentes os mediadores das políticas governamentais destinadas aos assentamentos e, como resultado, o acesso aos fundos públicos tem sido o mecanismo principal de controle social dos assentados. Mantido esse padrão, controla-se igualmente o público que será recrutado, não apenas para formar novos militantes da organização (os jovens filhos dos assentados, submetidos a compreensões doutrinárias acerca da vida social) como, igualmente, aqueles que serão convocados para engrossar as ações públicas, ocupando propriedades rurais, realizando marchas, invadindo prédios públicos e outras iniciativas, as quais formam o imenso repertório de lutas desenvolvido no período. A agilidade do MST, nesses anos, assenta-se portanto em dois pilares centrais que são os recursos humanos recrutados nos assentamentos, de um lado (tanto para formar quadros como para oferecer a marca da presença quantitativa de suas ações externas), como, por outro lado, o controle que o Movimento exerce, como mediador, sobre a aplicação de fundos públicos dirigidos aos assentamentos, permitindo assim a seleção de quadros de maior lealdade aos seus objetivos estratégicos e, em contrapartida, exercendo pressões virtualmente irresistíveis, mesmo sobre os eventuais agricultores mais inconformados à tentativa de hegemonização do MST no assentamento. O acesso a tais fundos públicos conta não apenas com o leque de novas políticas constituídas no período, em âmbitos diversos, mas, igualmente, com o amplo apoio de setores sociais urbanos mais radicalizados, muitos funcionários governamentais que têm facilitado a concretização de projetos e o correspondente acesso a esses fundos. Embora por certo legítimo, em si mesmo, que o MST reivindique (e consiga) acesso às políticas públicas instituídas nos anos recentes, não deixa de ser curioso, contudo, que os atores sociais urbanos com os quais a organização relaciona-se desconhecem, quase inteiramente, o seu interlocutor que representa os sem-terra, exceto no plano mais visível representado pelas ações externas realizadas periodicamente, que têm

tido o poder de despertar lealdades, muitas vezes incondicionais, entre segmentos urbanos. Aqui repete-se, por analogia, a inesperada dissonância entre o “MST real” e o “MST virtual”, que Hellman discute em relação ao caso do movimento zapatista no México. Surpreendida pelo imenso apelo internacional e solidariedade despertados, em relação aos zapatistas, a autora justifica tal interesse, inicialmente, por ser um “caso extremo”, que aparece como uma direta confrontação entre os mais pobres e os mais poderosos, o que obscurece os problemas analíticos que existiriam por detrás da visibilidade mais aparente e pública dos zapatistas. Assim como em relação ao caso mexicano, para a história dos sem-terra no Brasil seria possível repetir a autora, quando enfatiza que “virtual Chiapas holds a seductive attraction for disenchanting and discouraged people on the left that is fundamentally different than the appeal of the struggles underway in the real Chiapas” (Hellman, 2000: 1);¹⁷

(b) como corolário, a prática política do Movimento, ao longo dos anos, obedecendo à ortodoxa preferência leninista de sua direção principal, tem sido essencialmente não-democrática, como antes enfatizado. Nenhum de seus dirigentes, por exemplo, submete-se a qualquer responsabilização interna (ou externa, diga-se de passagem), por não existirem

¹⁷ Observações encantadas perdem completamente o senso de realidade. Sobre Chiapas, por exemplo, Michael Löwy observou que “(...) it is a movement freighted with magic, with myths, utopias, poetry, romanticism, enthusiasms and wild hopes, with 'mysticism' (...) and with faith” (“Sources and resources of Zapatism”, *Monthly Review*, 49(10), March 1998, p.1-2) e, em relação ao MST, foi ainda mais categórico, acentuando que “(...) também se caracteriza por um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa 'arcaica' e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, a longo prazo, por uma 'sociedade sem classes'. Esse movimento (...) tornou-se hoje o mais importante movimento social do Brasil, a principal força de contestação da política de modernização neoliberal empreendida por sucessivos governos brasileiros” (“A mística da revolução”, *Folha de São Paulo*, 1 de abril de 2001, Caderno “Mais!”, p. 6). Tivesse pelo menos uma vez adentrado os rincões rurais brasileiros (ou mexicanos), ou conhecendo textos referenciais da literatura internacional (Moore, 1967, por exemplo), Löwy certamente concordaria com Martins, quando este acentua que “(...) falta demonstrar, com evidências, que o nosso campesinato tem uma virtualidade histórica similar à que foi consagrada ao proletariado na teoria [marxista] das transformações sociais (...)”, ressaltando que a sobrevivência camponesa dependerá que “(...) se realizem naquilo que os preserva e transforma ao mesmo tempo: empreendedores comunitários e condominiais orientados pelos valores tradicionais e conservadores da terra, do trabalho, da família, da comunidade e da religião” (Martins, 2001: 48-49).

tais canais de prestação de contas e de responsabilização.¹⁸ Os dirigentes não são eleitos, em nenhum momento público, mas escolhidos cuidadosamente pelos quadros mais altos, sob o critério principal da lealdade e submissão às diretrizes principais, que são obedecidas rigidamente, sob pena de perda da posição na estrutura da organização.¹⁹ Os exemplos que ilustram esta curiosa oposição entre o discurso público dos dirigentes, que reivindicam a democratização da sociedade e de suas estruturas políticas, e a sua autoritária hierarquia interna, que não admite a menor dissensão, são inúmeros. Bastaria, neste ponto, talvez citar dois casos recentes, em campos distintos. Primeiramente, em suas decisões de combater o processo de privatizações em curso nos anos noventa, em 1999 um grupo de militantes invadiu um posto de pedágio em uma rodovia privatizada, no estado de São Paulo, e depredou as instalações deste posto. Como pesquisas de opinião demonstram que a maioria dos usuários que utilizam tal rodovia não tem sido contrários à sua privatização (quando muito avaliam negativamente os preços cobrados), como responsabilizar os dirigentes do Movimento por um ato político que não encontra, neste caso pelo menos, legitimação alguma, por não receber apoio político e social à ação realizada? Espantosamente, repetindo outras situações similares, o Movimento e seus aliados vêm tentando transformar a prisão de alguns dos responsáveis em um fato exclusivamente

¹⁸ Esta observação não deve ser confundida, é claro, com a dramática penalização pessoal cobrada aos trabalhadores rurais e pequenos produtores, na história agrária brasileira, sob as diversas formas da violência instituída pelos grandes proprietários de terra, resultando em centenas de vítimas, ao longo dos tempos. Acentua-se aqui, como é óbvio, o “jogo democrático”, que não admitiria a intolerância que deslegitima os diversos interlocutores e, muito menos, os elimina. Consulte-se, para tanto, os boletins anuais da Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no campo do Brasil*, publicados regularmente desde os anos oitenta, onde as sombrias estatísticas da violência rural são organizadas. Consulte-se, igualmente, Barp (1997).

¹⁹ Caberia insistir, nesta parte, que tais posições representam, em todos os casos, situações de mobilidade social que, relativamente, são irresistíveis para a ampla maioria dos jovens rurais recrutados pelo MST. Situados social e economicamente entre os mais pobres da estrutura social brasileira, não é preciso análise mais aprofundada para imaginar o impacto que representa para as expectativas de vida de tais jovens a possibilidade de sair de sua comunidade para ocupar “posições de poder”, realizar cursos, viajar, enfim beneficiar-se da presença pública do MST, inicialmente na própria região, mas com a possibilidade de estender-se até nacionalmente. O resultado inevitável tem sido a formação de uma expressiva camada de militantes intermediários que mantém uma férrea disciplina e obediência aos dirigentes principais,

político, realizando intensa atividade de propaganda que transforma os responsáveis pelo ato, atualmente sujeitos a inquérito criminal, em “prisioneiros políticos”. Outro caso, em campo distinto, refere-se à recente decisão de autoridades federais responsáveis pela área ambiental de penalizar o MST pelo desmatamento indiscriminado ocorrido em algumas áreas de assentamentos no Norte do país, instituindo uma pesada multa financeira (que, diga-se de passagem, apenas corresponde ao que prevêm as leis ambientais brasileiras, tidas como das mais progressistas, mundialmente). Ou então, a recente revelação de ter ocorrido no Paraná o maior desmatamento de área contínua da Mata Atlântica, nos últimos 15 anos, coincidindo exatamente com a formação de um grande assentamento rural na mesma área (cf. *O Estado de São Paulo*, 27 de abril de 2001). Como irão, contudo, concretizar o ato de responsabilização do Movimento, se seus dirigentes formais sequer são reconhecidos, pois a prática da organização é manter estruturas não legalizadas, escolhendo dirigentes subalternos e desconhecidos publicamente para assumir formalmente a fachada jurídica, sob outros nomes, da organização (que é a forma legal sob a qual é possível ao MST receber fundos públicos, assinar convênios e exercer outros atos juridicamente regulares)? Essencialmente, este tópico não se refere, como poderia parecer à primeira vista, aos métodos de ação política da organização, que mesmo sendo ilegais, são muitas vezes legítimos. Remete-se, isto sim, ao repto crucial do jogo democrático, qual seja, a possibilidade de irrestrita materialização de formas de representação que, autonomamente, estruturam seus interesses e os disputem abertamente no campo das lutas políticas sem, contudo, deixar de assumir suas responsabilidades, quando empreendidas ações públicas mais ousadas, confrontacionais e controvertidas. Neste segundo caso, por exemplo, visando uma rápida problematização, como reconhecer os direitos das comunidades indígenas quase sempre presentes em áreas adjacentes aos assentamentos,

ameaçados de serem deslocados neste processo social ascendente, se hesitarem em algum momento (ou

utilizando seus recursos naturais como forma de sobrevivência, como é comum no Norte do país? Acentue-se também que a prática não-democrática do Movimento, interditando qualquer debate e compromisso com outros grupos sociais do meio rural, embora notória, tem sido minimizada por quase todos os setores situados à esquerda do espectro político, como se este fosse um tema menor e irrelevante.²⁰

Um contra-argumento a esta proposição sobre a face refratária às práticas democráticas do MST nos remeteria a outra pergunta, comumente apresentada: poderia ser diferente, dado o ordenamento jurídico existente, o papel repressor do Estado, a ação intimidatória das organizações patronais e, até mesmo, a depreciação cultural existente sobre o “rural” (e seus habitantes), tão presente no imaginário social brasileiro? Como mobilizar famílias rurais extremamente pobres, sem escolaridade e ocupação regular, muitas vezes sem sequer moradia costumeira? Haveria outra forma organizativa, que não a centralizada, fundada na férrea disciplina, inclusive penalizadora dos “deslizes” que ferem o estatuto disciplinar do Movimento? Uma estruturação interna democrática, por fim, não acabaria enfraquecendo o Movimento e sua capacidade de luta social? Tais dúvidas, à luz da história política brasileira, certamente são mais do que razoáveis e substantivas. Entretanto, o que se argumenta neste texto é, exatamente, a decisão de jamais sequer tentar uma forma organizacional diferente, seja em função de realidades regionais distintas ou, então (o que é mais relevante), em função de mudanças nos contextos políticos, ao longo da história da organização dos sem-terra. Provavelmente, mesmo as análises menos

ainda, o que tem sido inaceitável na história do Movimento, se ousarem contestar decisões da “alta direção”).

²⁰ Formalmente, o MST não existe, pois sua sigla e imagem pública refletem apenas o ator político. A face formal do Movimento se dá através de uma organização chamada ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e suas afiliadas, as AECAs (que são as associações estaduais), todas registradas legalmente. Além disto, há as inúmeras cooperativas do Movimento e algumas formas organizacionais menores também existentes, todas elas capazes de reivindicar acesso a fundos diversos, regularmente, segundo os imperativos legais existentes e, posteriormente, sustentar financeiramente o Movimento em suas lutas políticas. Ao contrário de suposta descentralização, todas essas organizações são inteiramente hierarquizadas, obedecendo à direção nacional do MST.

refinadas concordariam, malgrado diferenças de perspectivas teóricas e políticas, que ocorreram mudanças no sistema político brasileiro, desde os primeiros anos do Movimento e até os dias atuais e, portanto, as formas de luta não poderiam manter-se as mesmas, indefinidamente. Se ocupações de terra representavam um ato extremo de confrontação com as estruturas do poder das oligarquias agrárias, durante os anos oitenta, o seriam nos anos noventa, na maior parte dos estados? Se uma agenda discursiva anti-sistêmica assumia claro significado político na longa noite dos generais, entre 1964 e 1984 (exatamente porque materializaria a polaridade “nós” *versus* “eles”, uma reafirmação da versão da polaridade moral “bem” e “mal”), faria sentido político, contudo, na conjuntura política dos anos noventa, quando os governos foram constituídos após disputas eleitorais legítimas? A desqualificação política e ideológica do Estado, expressando o antagonismo da sociedade à ditadura militar, no primeiro momento, obedece a qual racionalidade política na virada do milênio? A persistente recusa a qualquer experimento democrático, seja internamente, seja em suas relações com as demais organizações do campo, em consequência, torna impossível, pela inexistência, afirmar suas possibilidades políticas, mas também permite acentuar a incongruência entre um regime político que se democratiza e institucionaliza e a existência de uma organização que insiste em uma retórica anti-sistêmica;

(c) a face não-democrática da história do Movimento poderia, infelizmente, ser também facilmente comprovada sob outros ângulos. Sem estender em demasia essas considerações, mencione-se, nesta parte, outros três aspectos. Primeiramente, como referido, o controle social sobre as famílias rurais assentadas, cujas evidências empíricas começam lentamente a surgir como resultado da pesquisa sociológica mais conformada pelo rigor de seu trabalho de investigação e, menos, com suas preferências militantes. Desta forma, são cada vez mais conhecidos os diversos mecanismos utilizados pelos dirigentes da organização

que tem a responsabilidade em uma determinada região, sobre os assentamentos ali existentes. Mecanismos que não apenas submetem os assentados à sujeição através do controle dos fundos públicos mas, muitas vezes, recorrem à mais aberta intimidação, inclusive física. A formação de cooperativas inteiramente coletivizadas, que fazem *tabula rasa* da história social dos agricultores, antes pequenos proprietários, por exemplo, encontra uma forte resistência das famílias rurais, o que tem gerado inúmeros conflitos nos assentamentos formados. À título de exemplo, em seu cuidadoso e original estudo, que comparou assentamentos rurais no Sudoeste do Paraná, Eliane Cardoso Brenneisen transcreve o desabafo de uma agricultora que desligou-se da cooperativa “socialista” formada no assentamento, o que serve de exemplo paradigmático para as inúmeras situações de inconformidade social, tão corriqueiras nos assentamentos controlados pelo MST. A entrevistada, referindo-se ao modo de organização instituído, argumenta que “(...) trabalhar comunitário [coletivo] seria assim tipo escravo, fica tudo junto, mas só um manda (...) se você tem uma vaca de leite, você não mandava, se tem um porco você não mandava (...) hora marcada pra ir pro serviço, se chegasse um parente na casa a senhora só tinha três dias pra hospedar eles (...) a vida inteira trabalhamos de empregado e nunca fomos tão mandado assim” (Brenneisen, 2000:165. Consulte-se também os estudos de Souza, 1999, e Pereira, 2000, onde evidenciam-se as inúmeras formas encontradas pelos assentados para resistir aos formatos organizacionais impostos). Aliás, a incorporação de tais comportamentos passou a ser uma das marcas do cotidiano da organização, inclusive em momentos épicos e de grande visibilidade pública. Quando ocorreu a bem sucedida marcha a Brasília, em 1997, por exemplo, tornaram-se conhecidos os métodos de controle rígidos estabelecidos pelos dirigentes, posteriormente retratados por estudiosos daquele evento. Em seu minucioso estudo sobre a marcha, Chaves relata o controle quase militarizado do evento, as pesadas penalidades existentes e a condução do processo e suas

decisões de forma completamente centralizada, inclusive sem divulgação aos participantes. Relatando o caso de expulsão de um integrante da marcha, por suposta transgressão das normas, ressalta que

“(…) Há muitas formas de coibir a expressão, e distintos modos de controle social (…) o desacordo tendia a ser compreendido como indisciplina e, segundo a gravidade, podia redundar em expulsão (…) Esse temor tornou-se presente na Marcha Nacional; no entanto, é cotidiano nos acampamentos do MST: muitos sem-terra dispõem-se de tudo para neles garantir por um tempo a subsistência da família e a sobrevivência do sonho da terra (…) O poder silencioso do medo, que faz calar, tornar-se-ia ainda mais opressivo nos últimos dias da Marcha Nacional” (2000:217-218).

O segundo aspecto a salientar, ainda sob este item, refere-se à “homogeneização forçada” das diferenças e a forte recusa à alteridade, talvez o melhor exemplo sendo, neste caso, a subordinação das demandas especificamente femininas dos grupos de mulheres, forçadas a submeter-se às “lutas maiores”, que supostamente assegurariam, se vitoriosas, a incorporação de demandas específicas, em momento futuro. Na história social e política do Movimento tem sido melancólica a trajetória de muitas mulheres portadoras de notáveis talentos pessoais para ocupar posições de liderança, mas não o fazem porque sujeitas ao machismo dominante no interior do MST. Ou, o que é ainda mais perverso, quando assumem o discurso dominante no interior da organização, de certa forma “masculinizando” seu discurso, como única forma de manter as posições e poder ascender na estrutura da organização. Resultante deste controle devido a gênero, que associa patriarcalismo e a quimera ideológica das “lutas principais e secundárias”, a trajetória das mulheres no interior do Movimento tem sido objeto de uma contradição óbvia, que é a distância entre o discurso igualitário para efeito externo e as práticas internas, chegando inclusive ao ocultamento do seu trabalho, desqualificando-o. A mais abrangente pesquisa sobre este tema já realizada é categórica em suas conclusões, quando ressalta que

“(...) verifica-se que a relativa equidade entre os sexos, observada no ambiente dos acampamentos, se esgarça e perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita. Os dados sugerem que a baixa participação das mulheres é própria dos assentamentos, não representando um comportamento naturalmente feminista (...) Se isto ocorre, deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais e de gênero e do código de valores que as sustenta — compartilhada por homens e mulheres — que emergem e se tornam predominantes com a normalidade do cotidiano dos assentamentos” (Rosa e Abramovay, 2000: 286).

O outro aspecto a ressaltar, neste mesmo item, diz respeito à persistente postura política, algo surpreendente, do Movimento, de categoricamente deslegitimar o Estado, o que parece ser incompreensível, antes de mais nada, por ser o MST, como antes ressaltado, o mais integrado dos movimentos populares brasileiros, daí extraído, ademais, a sua própria sustentação financeira principal. Esta deslegitimação, já ressaltada por Martins (2000), faz parte da arquitetura discursiva da organização dos sem-terra, operada, provavelmente, por duas razões principais, a primeira sendo a orientação ideológica de seus dirigentes principais e, a outra, sendo a antes referida “razão instrumental”, qual seja, manter um discurso unitário que solidifique a coesão interna de seus militantes e, também, atraia o apoio de setores urbanos radicalizados. Tal postura, contudo, mantém-se em diversas situações, especialmente aquelas que não afetem o acesso aos fundos públicos, cuja interrupção poderia comprometer a sustentação financeira da organização dos sem-terra. Por exemplo, convidado em julho de 2000 a tomar assento no “Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, mesmo a organização não tendo existência formal, como antes indicado, o MST recusou peremptoriamente a possibilidade, mas nem por isto tem deixado de exigir permanentemente o acesso às políticas públicas federais implementadas pelo ministério correspondente e com a supervisão do Conselho, valendo-se, para tanto, de todas as formas de ação possíveis, inclusive as confrontacionais (e, aliás, mesmo que isto signifique também confrontar-se abertamente com as demais organizações

que representam os setores sociais mais pobres, igualmente demandantes de acesso a tais fundos públicos). Da mesma forma, o Movimento não tem sido capaz de sequer reconhecer algumas medidas recentes no campo agrário que são inéditas em nossa história e representam profundo golpe na estrutura de poder representada pelas grandes propriedades rurais. Entre tais medidas, por exemplo, como uma das mais notáveis, a decisão governamental de cancelar o cadastro de todas as propriedades de maior extensão que não fossem capazes de demonstrar a regularidade de seus títulos. Terminado o prazo para esta comprovação, pouco menos de 2 mil latifúndios, em todo o país, não produziram informações convincentes e tiveram seus cadastros anulados (na prática, seu direito a estas propriedades), representando uma área de pouco mais de 60 milhões de hectares, ou seja, quase quatro vezes o tamanho do estado de São Paulo. Neste caso, amplia-se, em curto prazo, o estoque de terras disponíveis para ações em reforma agrária em ritmo quase exponencial, abrindo inúmeras oportunidades para novos assentamentos. Fosse a lógica operativa do Movimento, nos anos mais recentes, a representação efetiva dos sem-terra e a reforma agrária a sua principal demanda (e não outros objetivos, inclusive partidários), uma interlocução com o Governo Federal, mesmo que mantido sob critérios críticos e de distanciamento político, poderia agilizar enormemente a ocupação produtiva desses imóveis.

Talvez uma evidência da prática continuada de deslegitimação do Estado perseguida pelo Movimento possa ser retirada da citação abaixo, onde o dirigente máximo da organização faz um vitriólico ataque ao poder judiciário, em uma exposição (pública) realizada há alguns anos. Citações como esta poderiam ser aqui repetidas *ad nauseam*, inclusive no período imediatamente recente, demonstrativas o suficiente da limitadora noção de política esposada pelos dirigentes principais do MST desde meados dos anos oitenta, quando a organização passou a orientar-se por um outro ideário político, que ainda conforma

doutrinariamente a organização. Na ocasião, João Pedro Stédile, fundador do Movimento e ainda hoje seu mais destacado dirigente, provavelmente imaginando-se então como o próximo responsável pela área de reforma agrária do Governo Federal, pois seu candidato às eleições presidenciais de 1994 encontrava-se naquele momento em confortável dianteira, frente aos demais candidatos, não hesitou em desqualificar toda e qualquer iniciativa governamental nesta área e, em relação à ação da Justiça, propôs um curioso mecanismo de neutralização, quando necessário, acentuando, segundo suas palavras, que

“(...) o terceiro aspecto na ação do governo é a legislação, é o poder judiciário. Muita gente tem dito em palestras que, ‘ah, o problema do Brasil é que o poder judiciário vai ser um problema’ [para a implantação da reforma agrária]. Vocês sabem melhor do eu (...) o poder judiciário no Brasil é um capacho do poder executivo, é uma tropa de puxa-saco, não existe nenhuma independência do poder judiciário com o poder executivo, a começar pelo Supremo Tribunal Federal (...) se os caras são indicados pelo presidente da república, algum deles vai criticar o presidente? (...) Então, um judiciário que começa desde o Supremo com essas características, o juizinho lá [nos locais distantes] nós compramos ele com um churrasco, né, o preço vem baixando, promotor de justiça então, deus o livre (...)”²¹

(d) finalmente, não podendo ser estendida neste artigo uma longa lista de problemas políticos e organizacionais que o MST atualmente apresenta, contrariamente ao senso comum compartilhado por analistas sociais distantes das realidades agrárias, nem mesmo detalhar outras decisões polêmicas e/ou não-democráticas assumidas pela organização²², é

²¹ Conforme manifestação de João Pedro Stédile (maio de 1994), em exposição pública realizada no âmbito do “II Encontro Estadual da Equipe de Reforma Agrária da Emater/RS”, evento realizado na cidade gaúcha de Veranópolis, promovido pela empresa pública de extensão rural do Rio Grande do Sul, a Emater/RS (transcrição *ad litteram* retirada da gravação da palestra). Este dirigente, que é o principal líder do MST, desde a sua fundação, é um filho de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul introduzido na luta política recrutado pela Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica, nos anos setenta. Economista, com curso de pós-graduação realizado no México, situa-se ideologicamente no campo do marxismo ortodoxo e, embora um hábil estrategista e profundo conhecedor do mundo rural brasileiro, caracteriza-se igualmente por oferecer constantes bravatas em suas manifestações públicas, o repertório de suas falas mais pitorescas quase compondo atualmente um anedotário político. Sua liderança, contudo, é indiscutível, merecendo até mesmo a produção, por seus acólitos, de literatura própria no estilo “culto à personalidade” (conforme o livro *Brava gente*, organizado por Stédile e Fernandes, 1999).

²² Seria extremamente salutar para o debate democrático (e sob uma perspectiva à esquerda), por exemplo, discutir dois outros fatos inquietantes para a história do Movimento, em uma lista, à esta altura, já extensa,

necessário ainda salientar que as estratégias escolhidas pelo Movimento e suas ações de pressão e reivindicação também têm ignorado uma possibilidade histórica, talvez única, criada nos anos noventa, e sob a qual os interesses do Movimento e sua agilidade social e política poderiam potencializar os resultados extraordinariamente. Refere-se aqui à (re)emergência do “desenvolvimento rural” como uma demanda crescente das populações rurais, especialmente em regiões onde suas organizações são mais atuantes. Na década passada, por várias razões conhecidas, modificaram-se as condições de produção no meio rural brasileiro que, somadas às mudanças políticas operadas pelo processo de descentralização, experimentado pelo Brasil no mesmo período, e por novas formas de gestão estatal implementadas em governos recentes, resultaram no reaparecimento desta demanda em diversas regiões agrárias. Cada vez mais, o conjunto de organizações (excetuando-se o MST) associa-se em um ideário propositivo que procura reconstituir as possibilidades de formas de desenvolvimento rural dinamizadoras da economia local ou regional, que instituem novas alternativas na produção de renda e no aumento das oportunidades de trabalho, de integração aos mercados e, igualmente, influam nas esferas políticas do município ou da região. Pretendem, desta forma, assegurar a melhoria das condições de vida das famílias rurais que representam, algumas dessas iniciativas hoje caracterizando determinadas sub-regiões do mundo rural brasileiro, que começam a sair do encurralamento recente e iniciam formas de dinamização social, econômica e política

de casos similares. Primeiramente, quando o MST interferiu nas prévias que escolheram o candidato do Partido dos Trabalhadores, em 1998, no Rio Grande do Sul, o que alterou o resultado final e a escolha do candidato oficial, para tanto utilizando o surrado artifício, típico do passado clientelista das oligarquias agrárias, das “urnas móveis”, que foram levadas para o interior dos assentamentos, à busca dos votos desejados pela direção do Movimento. O segundo aspecto é mais recente e nos remete à decisão da organização de introduzir o tema dos OGMs em sua agenda de ação, prometendo destruir “todas” as plantações experimentais e, inclusive, associando tais experiências genéticas à “globalização” e, assim, por extensão, aos símbolos desta última, como a rede de alimentos rápidos MacDonald’s, que começam a tornar-se alvos de invasões de seus militantes. Seria curioso (e politicamente relevante) saber o que pensam os assalariados desta rede, que é a terceira maior empregadora privada no Brasil, se persistirem tais ataques e seus postos de trabalho forem ameaçados.

novas. Em todos os casos conhecidos, a decisão do Movimento têm sido ou ignorar tais iniciativas ou, ainda mais problemático, combatê-las, às vezes agressivamente, não concordando em estabelecer alianças políticas, em nenhum caso conhecido, com as organizações que procuram empreender tais mudanças.²³

Em um período no qual os grandes proprietários de terras enfraqueceram-se substancialmente, perdendo igualmente sua capacidade de extrair do Estado federal a sustentação financeira que sempre obtiveram no passado, além de terem os agricultores mais pobres (englobados na categoria mais geral de “agricultores familiares”) criado uma brecha inédita no âmbito do mesmo Estado (através primeiramente de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, mais recentemente, até mesmo instituindo um Ministério do Desenvolvimento Agrário que, de fato, é o “ministério dos pobres do campo”), é espantoso que o MST continue alheio a estas transformações recentes. Mantém-se, surpreendentemente, na mesma estratégia acima citada, refratário (e até hostil) às demais organizações de pequenos agricultores e trabalhadores rurais e, da mesma forma, a sonhar com a “tomada do Palácio de Inverno”, quando a economia rural brasileira, neste início de milênio encontra-se inteiramente mercantilizada e as famílias rurais, sequer remotamente, assumiriam projetos políticos que não fossem, quando muito, reformistas, pois jamais adeririam às projeções de transformação política que os dirigentes principais do Movimento defendem (e ensinam em suas escolas de formação política, para os jovens rurais recrutados em seus assentamentos).²⁴ Provavelmente, este é, atualmente, o maior

²³ Quando não decidindo promover ações de aberta provocação às demais organizações, como a notória tentativa de ocupação da Fazenda Catende, em Pernambuco, já desapropriada e onde a Federação dos Trabalhadores na Agricultura daquele estado desenvolve promissor experimento de gestão solidária com outras famílias sem-terra que foram assentadas naquele antigo latifúndio.

²⁴ Ou, conforme a iluminadora observação de José de Souza Martins, “(...) parece-me complicado colocar o campesinato no centro de um projeto histórico para esta sociedade, como se fosse uma categoria cuja

impasse político experimentado pelas famílias rurais mais pobres, no Brasil: o processo de democratização da sociedade brasileira produziu uma capacidade de reivindicação sem precedentes no meio rural e uma presença na esfera pública igualmente inédita, além de contar, na maior parte dos anos recentes, com uma possibilidade política de ação dos governos federais do período muito mais favorável, também sem comparação com épocas passadas e, sobretudo, sem contar com a oposição (e ação) na mesma força do passado, das organizações dos grandes proprietários. Mas, como perversa ironia, nos mesmos anos, a organização que mais forte tornou-se, em face de seu desenvolvimento, vem constituindo-se, mais e mais, em significativo empecilho à construção de processos novos e promissores de desenvolvimento rural no Brasil, assumindo assim uma inesperada e insuspeitada face conservadora, quando suas lutas sociais são comparadas com as demandas das famílias rurais mais pobres do país.

3. Conclusões

“(...) A teoria crítica foi desenvolvida para lutar contra o consenso como forma de questionar a dominação e criar o impulso de lutar contra ela. Como proceder numa situação em que o consenso deixou de ser necessário e, portanto, a sua desmistificação deixou de ser a mola do inconformismo? É possível lutar contra a resignação com as mesmas armas teóricas, analíticas e políticas com que se lutou contra o consenso?” (Santos, 2000: 35).

Movimentos sociais transformados em organizações formais, como o MST, uma vez operada tal mudança interna, passam a reger-se por outras lógicas constitutivas e diferentes interesses, diversos daqueles originais, tanto em suas relações externas, mantidas com os

inserção social lhe assegurasse um papel dominante na história, porque supostamente fosse ele uma classe portadora da universalidade possível do homem (...) Como se o seu destino histórico fosse o destino de todos (...) As contradições do campesinato não se resolvem na solidão do seu penoso viver. Resolvem-se antes no fortalecimento das concepções conservadoras e na sua contraditória integração num modo de viver e produzir cuja lógica está exatamente na sua destruição como grupo humano particular. Sua visão de mundo se funda na sua própria experiência do mundo. Esse é o seu limite e o seu possível, marcado essencialmente não só pela luta pela terra, mas sobretudo pela luta sempre renovada contra o perecimento histórico.” (2000: 49, ênfase do autor).

demais grupos políticos, como em suas relações internas. Destaca-se, neste caso, a estreita relação entre a origem social dos sem-terra e as oportunidades criadas pela expansão da organização, inclusive em termos de carreira política e, mais genericamente, pela extraordinária ampliação de formas de mobilidade social ascendente, possibilidade mantida enquanto a organização conseguir manter seu ritmo de crescimento. Neste sentido, análises “fora de lugar” sobre o MST, ou seja, ainda enfocadas pelas conjunturas políticas do período militar ou de seus anos imediatamente seguintes, quase sempre informadas por polaridades político-ideológicas que são o apanágio do passado, mas distantes das formas societárias atuais, obedecem primeiramente às necessidades do jogo de disputas partidárias ou, então, representam óbvios equívocos analíticos.

O título deste artigo inspirou-se no conhecido estudo realizado por Maxine Molyneux sobre o papel e o destino da participação das mulheres e os interesses devido a gênero na chamada “revolução sandinista” nicaraguense. Naquele caso, um processo de ruptura sócio-política prometia a emancipação das mulheres do país, que formaram parte significativa e ativa dos exércitos formados pela guerrilha. Entretanto, argumenta a autora, durante o processo revolucionário e, especialmente, após a vitória dos grupos insurgentes, a especificidade dos sujeitos políticos por elas representados submergiram na “luta geral”. Surge aqui um claro e decisivo problema político, não resolvido naquele caso, quando a autora insiste que

“(…) much depends upon what is implied by subjects ‘losing their specificity’ and goals being universalized. For the universalization of the goals of revolutionary subjects does not necessarily entail a loss of their specific identities (...) if the revolution did not demand the dissolution of women’s identities, it did require the subordination of their specific interests to the broader goals of (...) establishing a new social order. This raises an important question which lies at the heart of debates about the relationship between socialist revolution and women’s emancipation” [o que introduz o tema crucial e geral] “(...) which is that of political guarantees. For if gender interests are to be realized only within the context of wider considerations, it is essential that the political institutions charged with representing these interests have the

means to prevent their being submerged altogether, and actions on them being indefinitely postponed” (Molyneux, 1985: 228-229, 251, ênfase da autora).

Embora aparentemente distinto, a história recente do MST no Brasil é notavelmente análoga, em relação à interdição das possibilidades de emancipação dos grupos sociais representados pela organização. Não apenas diferenças específicas, de cunho sócio-cultural, entre grupos de famílias rurais recrutadas têm sido ignoradas, subordinadas às formas de mobilização animadas pelo Movimento mas, ainda mais crucial, diferenças em termos de idade, gênero, formas de inserção produtiva, histórias regionais de agricultura, tipos de organização e representação previamente existentes (que são combatidos ferreamente em nome da “unidade na luta”) e, igualmente, as diferenças de enfoques estratégicos e formas de ação políticas, estas invariavelmente desqualificadas e não aceitas, em nome de uma suposta homogeneidade política, aliás jamais claramente explicitada.

O resultado final, em todas as regiões agrárias brasileiras, tem sido a significativa materialização de uma capacidade de mobilização empreendida pelo MST, ancorada nos mecanismos antes apontados e evidenciada em inúmeros fatos e ações, mas também a incapacidade, por outro lado, de produzir sujeitos sociais portadores de real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida. A história do Movimento, neste sentido, perde seu caráter de novidade e apenas repete a melancólica trajetória de outros agrupamentos políticos situados no campo da esquerda tradicional, apenas aparentemente promissores, quando iluminados pelo foco de suas ações externas. Sob os símbolos e ícones elaborados para efeitos externos, contudo, subjaz a silenciosa desconfiança de seus participantes subalternizados, o desconhecimento acerca dos objetivos do próprio Movimento, os impasses produtivos existentes em todos os assentamentos rurais, a feroz

disputa política pela hegemonia organizativa dos pobres do campo, o desprezo pelas práticas sociais democráticas e, surpreendentemente, como antes apontado, a reiteração do controle social e das formas de mando usuais no meio rural brasileiro, antes exercidos pelos grandes proprietários de terra e seus prepostos, hoje materializados sob outras formas e acobertados pelo discurso progressista.

As possibilidades de contar com apoios externos, em face dos constrangimentos sociais e econômicos oferecidos pela globalização, que tem aumentado a desigualdade social em tantos países, inclusive o Brasil, igualmente tem sido pouco aproveitadas pelo Movimento. Sua repercussão internacional, procurando apoios, reflete especialmente a capilaridade de instituições situadas na órbita das instituições religiosas, que periodicamente promovem ações de divulgação, campanhas e diversas formas de protesto, com resultados, no geral, pouco eficazes, em termos de difusão do “problema agrário” no Brasil. A tentativa da organização, por sua vez, de criar algum tipo de cooperação internacional ainda é muito embrionária. Inicialmente, constituiu-se através da “Coordenação Latino-americana de Organizações Camponesas” (Cloc), sem qualquer efeito mais prático e, recentemente, vem sendo tentada através da “Via Campesina” [www.viacampesina.org], uma articulação de organizações camponesas do continente da qual o MST faz parte, em seu corpo dirigente. Além disto, apenas a divulgação em portais da internet de suas campanhas e ações [www.mst.org.br], também sem significativa repercussão internacional. Mesmo a premiação do chamado “Nobel Alternativo”, ou o “Prêmio Rei Balduino”, atribuído pelo governo belga para organizações dedicadas ao tema dos direitos humanos, tem tido efeitos limitados, na promoção de uma rede de cooperação internacional que pudesse realizar ações diversas e promover formas de pressão mais eficazes. Neste sentido, ao contrário de outros campos emergentes, como as contestações internacionais dirigidas às organizações promotoras do livre comércio ou a crescente ação relacionada ao tema dos OGMs (para

não falar nos temas ambientais), parece que uma “contra-globalização”, de natureza emancipatória, que incorporasse os interesses dos sem-terra do Brasil, ainda não encontrou suas condições objetivas de concretização. Uma razão é, talvez, a natureza da luta social comandada pela organização, que provavelmente não tenha mais o apelo do passado e não encarne uma “novidade” (compare-se, por exemplo, com o caso de Chiapas e suas particularidades inovadoras, discutidas por Hellman, 2000). Mas outra razão para esta ineficácia transformadora, no plano internacional, certamente remete-se à natureza política assumida pelo MST. À luz da história da organização, nos últimos vinte anos, como se argumentou neste artigo, talvez não seja inesperado este diagnóstico e avaliação. A emancipação social e política dos pobres do campo, no Brasil, neste contexto, mantém-se como uma simples miragem, que apenas a fabulação de outros tempos, distantes no futuro, quase utópicos, pode oferecer, adiando, como tem ocorrido desde sempre, a constituição de um ambiente societário onde as esperanças e o mundo vivido não estejam separados por abismos insuperáveis.

Bibliografia citada

- Arguedas, José María e F. Izquierdo (1970), *Mitos, leyendas e cuentos peruanos*. Lima: Casa de la Cultura. Citado em Galeano, Eduardo (1982), *Memoria del fuego (I). Los nacimientos*. Madrid: Siglo XXI, 256.
- Barp, Wilson (1997), “Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira”. Campinas: Unicamp (tese de doutoramento).
- Brenneisen, Eliane Cardoso (2000), “Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na regiões Oeste do Paraná”. São Paulo: PUC-SP, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (tese de doutoramento).
- Caldart, Roseli Salete (2000), *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.
- Cazella, Ademir A. (1992), “Assentamentos rurais e cooperação agrícola. O caso do Assentamento 30 de Outubro (SC)”. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (dissertação de mestrado).

- Chaves, Christine de Alencar (2000), *A marcha nacional dos sem-terra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política.
- Fernandes, Bernardo Mançano (1999), “Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 1979-1999”. São Paulo: USP, Departamento de Geografia (tese de doutoramento).
- Fox, Jonathan (1990), “Democratic Rural Development: Leadership Accountability in Regional Peasant Organizations”, *Development and Change*, 23 (2).
- Gohn, Maria da Glória (1999), “A formação do cidadão nos cursos do MST”, Porto Alegre, *Sociologias*, 1(2): 144-188, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Hellman, Judith Adler (2000), “Real and virtual Chiapas: Magic realism and the Left” (www.theglobalsite.ac.uk), accessed 5 March, 2001 (under the link “Marxism”). Originalmente publicado em *The Socialist Register*, Londres: The Merlin Press, 1999, p. 166-183.
- Hobsbawm, Eric (1959), *Primitive Rebels*. Manchester: Manchester University Press.
- _____ (1996), *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huizer, Gerrit (1976), *El potencial revolucionario del campesino en America Latina*. México: Siglo XXI.
- Martins, José de Souza (1981), “Os camponeses e a política no Brasil”, in Martins, José de Souza, *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 21-102.
- _____ (2000), “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil”, in Martins, José de Souza, *A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, p. 17-54.
- _____ (2000a), *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo e LEITE, Sérgio, organizadores (1999), *A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Molyneux, Maxine (1985), “Mobilization without emancipation? Women’s interests, the state and revolution in Nicaragua”, *Feminist Studies*, 11(2), 227-254.
- Moore (Jr.), Barrington (1967), *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Harmondsworth: Allen Lane, The Penguin Press.

Navarro, Zander (1995), “Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais — o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Rio Grande do Sul, Brasil)”. Relatório de pesquisa não publicado.

_____ (1996), “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990”, in Navarro, Zander (org), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 62-105.

Pereira, José Roberto (2000), “De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social”. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Sociologia (tese de doutoramento).

Rua, Maria das Graças e Abramovay, Miriam (2000), *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Edições UNESCO.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora (Volume 1, “Para um novo senso comum”).

Souza, Maria Antônia de (1999), “As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST”. Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação (tese de doutoramento).

Stédile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano (1999), *Brava gente*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tarrow, Sidney (1994), *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Zimmermann, Neusa de Castro (1989). “Depois da terra, a conquista da cooperação”. Brasília, UnB (dissertação de mestrado).



NOTE: this an unedited version of the final text. For reference or quote use the printed publication.

Zander Navarro

[Back](#)

[Português](#)

"Mobilization without emancipation"- social struggle by Brazilian landless

(text not edited)

"(...) Is there an owner for land? How come? How can one sell it? How can one buy it? It belongs to us. We belong to it. We are its

children, forever an ever. It is alive. Just as it creates worms, it creates us. It has bones and blood. It feeds us with its milk. It has hair, fields, grass, trees. It bears potatoes. It brings houses to life. It can give birth to children. It takes care of us and we look after it. It drinks *chicha*, accepting our invitation. We are its children. How can one sell it? How can one buy it? (Arguedas, 1970, cited in Galeano, 1982:256)

"(...) The most impressive and long-ranging social change of the second half of this century, and one that separates it forever from the past, is the death of peasantry (...) in the 1930s, their refusal to disappear was still commonly used as an argument against Karl Marx foresight of their disappearance". (Hobsbawn, 1996:284)

Introduction

Contemporary social and political history in Brazil is characterized by distinct social processes, specially after the final years of the military period, that is, between late 70s and the first half of the next decade, stretching up to the present. Although some of those might as well be seen in other Latin American societies within the same time span, others came as a surprise. As many authors have pointed out, the first ones include the rapid consolidation of political regimes inspired on the somewhat strict limits of a primarily electoral democracy. Or, still within the first group of processes, deep social changes (such as fast urbanization) or economic ones, as the chronicle inflationary processes which are now only partially tamed as well as the adoption of "structural adjustment" policies, started in the mid-1980s.

Recommended by international financial bodies, those policies forcedly integrated the continent's economies into international financial and commercial environments, making the region one of the paradigmatic cases of the globalization phenomenon.

On the other hand, if we examine the social developments in Brazil during that period, it is hard not to see the emergency of social struggle in rural areas, those carried out by the so-called landless being the most symbolic and distinguishing. That struggle was unexpected, specially if seen in the light of typical prior analyses, including those by Marxists, who were generally skeptical of the chances of meaningful political organization by rural workers and peasants. The birth and growth of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra* (Landless Rural Workers' Movement in Brazil) in early 80s, made the acronym MST gradually known, as well as other widely publicized icons, such as the red flag and the typical caps worn by its militants.

The struggle carried out by that organization, born out of the social movement originated in the political transition experienced by the country after the end of the 70s (later marked by the inauguration of the first civil president, in 1985) is probably one of the most startling social processes under way. The organization will henceforth be called Movement, MST, or simply "the landless organization" (besides its political importance for understanding the Movement, the conceptual distinction between social movement and formal organization will not be examined here). Being more active in southern Brazil during the 80s, the MST gradually became a very visible organization nationwide, setting foot in most of the states and even drawing international attention. The studies on the subject remain largely insufficient, even though they have expanded over recent years. Those have been mostly idealizing and superficial, uncritically reporting the movement's external actions, its unlikely "revolutionary potential" and thus echoing its laudatory literature. There were also academic studies focused on the Movement's restricted action environment, generally rural settlements, on which there already is a great deal of writing.

A third group of studies sees the MST from a more ambitious point-of-view, going beyond state limits and into a national scenario, within more recent socio-political and economical developments. Its scarcity reflects the methodological difficulties of such a venture. As a result, it is remarkable that knowledge about the movement in Brazil (and internationally) is still largely inadequate and partial, generating great analytical discrepancies when speaking about such a social phenomenon, regardless of the theoretical and/or political perspective and echoing analyses characterized by ideological enchantment and superficiality. Such discrepancies are in fact more complex, as José de Souza Martins has pointed out, since they involve almost every actor in social struggle in rural areas, including the mediation agencies which intend to represent the landless in the "general politics" arena. According to that author, "(...) The silence of the poor is not only a consequence of the enclosure they live in. It also comes from the usurpation of their voice, of their will and hope by those who, intending to act with generous solidarity, end up imposing a new and more serious silence, that of artificial, inauthentic and anomic speech" (Martins, 2000a: 69).

Formally born in 1984, besides having arisen a few years earlier, from the redemocratization during of the military cycle, the Movement is the social and political product of several factors which will be described in the following sections. Such factors range from repressive political conditions of the authoritarian period and the resulting political activism to the mobilization and politicization carried out by radical sectors of the Catholic clergy; from the effects of that decade's vigorous agricultural modernization to the political history of rural communities in southern Brazil (where the movement was first organized); or from the political redemocratization started in 1979 to the social processes which generated a "cycle of protest" in rural areas in that part of the country. It may be one of the most fascinating sociopolitical courses ever produced by Brazilian history, since in the past twenty years the MST has been active enough to influence public rural agenda and carry out collective actions of great repercussion, being a necessary reference for all Brazilian agrarian matters. Extremely agile, the Movement has also developed organizational processes and

internal dynamics that justify its political power in spite of those operational mechanisms being usually unknown, even to researchers of the field whose attention is more directed towards its external actions and public visibility.

Three initial warnings are needed in order to locate the arguments of this article and clearly set its aims. Firstly, we choose to adopt an analytical distinction, with clear political implications, between the "landless organization", which includes the whole of its main leadership and intermediate militants, directly linked to the organization as its staff, and the broad social base of "landless families". Those families include impoverished small farmers, land-owning or not (in this case, *land squatters*, *land tenants*, *sharecroppers*), who own tiny lots insufficient for their social reproduction, as well as thousands of poor rural families who wander around the country in search of work and income and also part of waged rural workers who have been drawn to the movement in certain agrarian regions. The article's main focus is almost solely the organization and its leadership, its history, strategies and range of choices and decisions along the period but not the landless people under its influence, even because, as will be argued, the gap between the social base and the Movement's leadership's chosen discursive agenda and forms of social action is often significant. Then the mobilizing success of the MST would be explained otherwise, differently from the voluntary and conscious participation of its social base. The second aspect highlighted refers to the field of social processes under analysis. It should be stressed that this text neither makes social analysis on contemporary Brazil nor discusses the country's agrarian issue *lato sensu*. The most important factors of economic or sociopolitical order are mentioned only to establish contexts and circumstances. The analytical focus is on the organization of the landless, regarding the other popular organizations, the relationships established, the nature of conflicts among those organizations as secondary (sometimes not even mentioned). The role of the state and its policies will only be discussed in contextual terms, even though they are crucial. The nature of government actions will be pointed out within specific periods. In face of the high variability of the network of relations which was built and went through changes, between those actors, they will be only occasionally mentioned here, in order to support the arguments put forward. Finally, as will be seen, empirical evidences are almost totally related to southern Brazil (most of them to the state of Rio Grande do Sul), which sets a third limit for the article. Even reflecting the author's experience as a researcher, it is important to notice that the empirical examples taken from MST's history in that state (or in southern Brazil) are largely exemplar and representative to be generalized to the rest of the country. Born in Southern Brazil, the landless organization has its oldest and strongest branch in the state, where virtually all its activities were first tried, serving as an testing field for several actions carried out along the years and later repeated nationwide.

Another preliminary note, essential for setting the article's limits, is related to the very notion of emancipation applied. Differently from other conceptual possibilities (such as the classical Habermasian notion of "emancipatory knowledge") the idea in this text is only informed by an essentially political dimension. It refers precisely to the chances of subordinate classes and poorer

social groups from different identities autonomously build its several forms of association and representation of interests. More important, to their possibilities of entering the field of political dispute and exercising their legitimate right to defend their own claims and seek to realize their demands, without running the risk of elimination or politically illegitimate embarrassments by opponent social groups. That means a political system which would assimilate social conflict as an integral part of its own nature and legitimacy, differently from Brazilian tradition of dealing with conflict as an anomalism to be fought against by all repressive means. In such an unequal society, with conflict not being part of politics, subordinate classes will never have the opportunity of altering different existing unbalances (and, autonomy of representation forms and conflict legitimacy being real, "emancipatory democracy" would certainly be on its way). Therefore, such notion is entirely different from the ambitious idea (nowadays a fantasy) of correspondence between emancipation and the "the great societal transformation", characterized by deep disruption of the current order. That is, in this text, emancipation is not a synonym of anti-systemic rupture, of a vague socialist political order. From a strict perspective, we join the idea, quite obvious in the case of Brazil, of granting a real meaning to that concept through the possibility of participation and political representation (once again, autonomously, without resorting to the Messianic leader, political parties that suffocate the interests of subordinate groups or other falsely mediating representation). We also join the notion of actualizing the presence of those groups in a political dispute system that accepts them and integrates them in a legitimate way. As will be said later, even under that limited idea of emancipation, the huge success of the MST in mobilizing landless social groups in order to build its architecture of collective actions, does not come even close to the above (restricted) notion of emancipation - which actually justifies the article's title. Adopting the totalizing perspective of big political schemes of orthodox Marxist traditions, which play down social difference and alterity, the MST hampers the autonomy of microsocial organizational forms, both local and regional, since they would threaten its very national dimension. The movement, as a political entity, has actually played a role in preventing the emancipation of the poorest people in rural areas, who end up serving to the sometimes undisclosed purposes of the organization's leading body.

This article starts by presenting a concise history of that social movement, highlighting the original determinants which gave rise to forms of social protest in southern Brazil, thus generating several rural social movements, among which the landless' organization. The next section presents the most prominent phases and the distinctive characteristics of its evolution in the last two decades. We seek to show that the MST's development has been producing over the last years extremely arguable forms of internal organization, political choices and strategies, as well as specific "reality reading", whether to the other rural organizations or to its own members. Those alternatives have been embraced specially because of its political power and ideological orientation. Finally, before the closing arguments, the section examines a summary of the Movement's current dilemmas, highlighting some critical and controversial aspects of its political action. Thus, we present and discuss a set de aspects regarding the invisible facet of the Movement, still not introduced (and actually

not recognized as existing and real by most of the movement's analysts and supporters), before going on to point out to the most noticeable results of its political and organizational action. We hope the section helps to broaden the knowledge about that organization, specially its political actions, which seem to stand few chances for building a real emancipation for rural Brazil's poor.

1. MST: a concise history (1980-2000)

1. The original context

Just as in other Latin American countries in the postwar period, it is possible to identify in Brazil several moments in which the poorest rural populations, politically excluded and economically subordinated, were able to exercise their rights to mobilize and organize themselves, entering the tough and complex field of politics, in agreement with what some authors called have called "cycles of protest" (Tarrow, 1994). In Brazil, two of those arguments are usually accepted. The first one, including part of the 50s and early 60s and suddenly ending with the 1964 military coup, is related to the growing number of rural workers' unions, mobilizing mostly waged workers from commercial parts of the country. The second one is the rise of peasant leagues, primarily embracing the demands of small farmers, usually not landowners, mostly in Northeastern Brazil. Besides, as a result of the political liberalization, characteristic of populism as well as changes in rural areas, other actors, such as the state, political parties and institutions as the Catholic Church came heavily into the political arena. Those elements disputed influence and control over the process of organizing the "rural poor", also presenting change or continuity projects which became increasingly polarized. As a result, the agrarian issue ended up being an important starting element for the military coup which defeated the political forces favoring structural changes in the country.

Another meaningful scenario of (re)emergence of popular movements in rural areas started to materialize in the late 70s. That decade actually saw an unprecedented pattern of rural violence and, on the other hand, processes of modernization and capitalist development also never witnessed before. From those years on, the official union movement became more dynamic. However, a competing national union would be organized, the *Central Única dos Trabalhadores (CUT)* (Worker's Central Union). Other events in early 80s would eventually lead to the constitution of the MST, which aggressively reintroduced the demand for agrarian reform into the country's political scene. Several forms of more regionalized forms of organizational expression also came up, such as rural women's movements, rural workers threatened by the development of large public works (such as hydroelectric plants), small farmers demanding access to state policies for the sector, etc. Similarly, and as a

result of extraordinary rural changes, a rapid process of commodification of productive activities brought about increasing social gaps, specialization of production and integration of new agroindustrial complexes formed during that period, generating other interests and the need for new forms of representation and encouraging several collective actions by small farmers and rural workers.

There are many determinants contributing for the emergency and development of those new rural social movements, starting in Southern Brazil (and specially in Rio Grande do Sul), between late 70s and the following years. That long list incorporates aspects related to the history of political participation in the state as well as to the existence of an traditional "organization culture" in rural communities and responsive elements such as the opposition to control by local elites. In this section, however, we will ascertain that the social movements in the aforementioned region are mainly three: the political liberalization of the period, during the final years of the military cycle; the agrarian economy's structural changes in those states that modernized their agriculture (basically central-southern Brazil) and their social impacts; and the action of progressive sectors of the Catholic Church. The Church's action was inspired at first by increasing rural conflict during the 70s and later, during the next decade, in the context of the discursive apparatus put forward by the Theology of Liberation, factors which, as would be expected, have had distinct influence on agrarian time and space circumstances (Navarro, 1996). The combined effects of those three factors, specially in southern states, had concrete results due to the specific characteristics of agriculture in that part of the country. There is a strong presence of family farming and the Catholic Church's mediators and physical facilities, probably stronger than in other Brazilian states (due to its the historical presence among rural communities, recruiting the farmers' children for religious careers and also receiving material support to build churches, parish facilities, seminars and even for long-term maintenance). The process of agricultural modernization of the 70s integrated most of those rural families to the several economic and financial scenes. When it was over, it had left a growing problem of social reproduction, generating an alliance between the Catholic Church's rural branch, represented by the *CPT-Comissão Pastoral da terra*, the church's Land Pastoral Commission (with its mediators originated exactly in family farming) and the then fledging popular organizations, such as unions and social movements, including the MST. It was only after their consolidation in the southern states, in the second half of that decade, and specially from the 1990s on, that those organizations were gradually able to spread their action to other states.

2. The MST: stages of its history

An analysis of the history of the MST, even if limited to specific regions of the country, would pose a real research challenge, because of its vigorous social history since the early years of the last decade. Nationally organized since mid-80s, the MST has had a surprising ability to reinvent itself, according to context variations, as well as an unparalleled creativity if compared to other movements. It has thus been able to keep up and avoid situations of strong undecidedness, such as those in labor unions and other social movements. It faces challenges that are also proportionally bigger, since its social base is "the poorest amongst the rural poor", who usually have no permanent occupation or residence, no schooling and are generally easy targets of all sorts of political manipulation - in the Movement's jargon, the "lumpen", the most fragile social rural groups. Nevertheless, its main challenge is exactly that derived from the very reason for its existence, that is, exercising social pressure to change a historically rooted land ownership pattern, in which control remains in the hands of a minority of landowners.

Among the social movements arisen during those years of political transition, the MST has the strongest social identity and has been able to define and motivate its social base. As a result, it has an important mobilization ability and its actions have a strong public visibility. Having become a recognized social actor which takes part in social struggle, its actions have had fairly significant results, since it has forced the creation of thousands of new settlements all over the country - even though the numbers themselves might not be so relevant when compared to the land-demanding population. According to official figures, until the end of 1996, 117.000 families had been settled in the country, but only between January 1997 and June of the following year, other 114.000 got their lot, and the federal agrarian reform programs estimate figures of 400.000 families for the 1999-2000 period. Such results, at least in some sub-regions, have contributed for a better land distribution in several rural areas of the country, creating occupational and land access opportunities for thousands of families as well as generating new economic dynamics.

Probably, from a general perspective, it is possible to segment the movement's history in three main moments - at the risk, of course, of oversimplifying, especially from 1994/95 on, when it spread to the rest of the nation and regional differences were significantly deepened. The first moment is that of the formative years of the beginning of the 1980s, when the first landless groups were organized, specially in Rio Grande do Sul and Santa Catarina, through its formal structuring (in 1984, in the foundation congress, in the town of Cascavel, Paraná), the first national congress, in Curitiba, January 1985, until the exemplar year of 1986, which closes that first stage, with a still basically southern movement. During that first period, the MST had a strong presence of religious

mediators linked to the Catholic Church's progressive groups, some of them leaders of the movement. It chose less confrontational actions, often towards negotiation and having the state governments as its main interlocutor - until 1985. That year marked the inauguration of the first civil government, closing the military cycle and also a confrontation between the movement and the federal government. Non-violent actions were common due to the presence of the church. The agrarian reform became part of the federal government's agenda, since social disputes were militarized. However, those were times when recruiting farmers with little or no land was easy and the Movement grew actively, based on the significant support by religious mediators of the Land Pastoral Commission and operational structure offered by the Catholic Church. Not many settlements were created but they served as a strong encouragement to enlarging the Movement's mobilizing capacity.

A second stage occurred between 1986 and 1993, when the Movement's actions became gradually confrontational (symbolized in the change in the motto, from "Land for those who work on it" to "Occupy, resist, produce") with several shocks with the police and the big landowners' hit men, since such was the new internal guidance - specially after the MST's farmers refused to submit to the so far irrefutable leadership of mediators from the Catholic Church. From that point on those mediators went from defining the Movement's stances to being side aids. In the following years, that situation only deepened and the most radical Catholic clergymen were the only ones to remain close to the MST. An episode in the south, among many others, illustrates that time. That was the "Matriz Square conflict", which happened in downtown Porto Alegre, when rural militants confronted state military police, with a level of violence that surprised the state's public opinion. In sum, those trends reflected the organization too quickly joining Leninist ideas even though simplified by a few main leaders, going as far as committing its newspaper, which became a mere "inciting and propaganda" tool.

As a result, the period saw the decision to make the social movement into a "movement de militants" (instead of a "mass movement", as was the church's initial inspiration) in the ideological sense, but with a centralized organization. Then, the MST left the south as a main field for its actions and transferred its headquarters to São Paulo (where it still is). In those years, the federal government would become the main interlocutor, at least until 1988, when the hopes for broad processes of land expropriation by the government were dropped, since the government abandoned such intentions, an early promise of the "Democratic Alliance", which came to power in 1985. At the end of that stage, the Movement went back to confronting state governments. Nevertheless, the period was one of the most practically effective (second only to that starting in 1996), with growing numbers of settlers and farmers recruited for the proposed actions. At the end of the second stage, the MST went through a relative period of crisis because of the strong presence of opponent forces, such as the short-lived *UDR-União*

Democrática Ruralista (Democratic Rural Union), a confrontational and violent landowner organization. However, another problem arose, one that is somewhat still unresolved, related to the growing number of settlements. Those started posing an urgent question: How would the production in those areas be organized, making the settlers economically viable and presenting the places as "model areas"? The answer to that question, developed by the Movement in several settlements, in several states, was one of the most fascinating ideology exercises ever carried out. The MST proposed the creation of totally collectivist co-operatives - an evidence of the level of ideological mystification reached at that point.

The third moment covers more recent years, from 1994, when new political facts had to be considered by the MST, such as growing lack of trust by other movements, due to distinct understandings about social life and strategies for political change. The new reality of the growing number of settlements also played its role, demanding quick answers regarding the organization of production and producers in those areas. The important fact, however, is that the MST "conquered" São Paulo, setting foot in that state and discovering a privileged ground for action, the region of the "*Pontal do Paranapanema*", a huge rural area, perfect for the struggle tactics of the Movement, since it is a public area, where most landowners can not appeal of expropriation (already having a final court decision). Acting with such ease in the most prominent state, having great repercussion in the media, the Movement widened its presence in matters concerning agrarian reform and became a crucial interlocutor for that subject and the settlements. Another reason for the MST's political clout and strength was derived from tragic events in land invasion in recent years - which are not surprising, due to the confrontational stance adopted as its main struggle means and the normal use of military forces to violently repress those land occupations. Two of them were particularly decisive to encourage social pressure in favor of agrarian reform in recent years: the events in Corumbiara, Rondônia (August 1995) and later, the massacre in Eldorado dos Carajás, in the southern area of the state of *Pará*, in April the following year. In both cases, several rural workers were murdered by the brutal action of police forces. Those events reflected in a way a strong public tilt in favor of the landless' organization. The second event generated great repercussion, since it was taped and broadcasted several times, in different moments. Because of its influence in that context, the MST changed once more its political motto, this time to "Agrarian reform: everybody's struggle".

There is another factor that has been mostly ignored, despite its relative internal importance for the organizations' decisions and current characteristics. Recently, a "second generation of militants" came from MST's schools, with political as well as some professional educational activities. This generation has young people coming from all states, thus reflecting distinct agrarian realities. Besides, in the northern states, the militants were much more open to radical readings of reality, reflecting

their own life experiences. As a result, a new group of leaders has come to back collective actions that are more daring and confrontational to the social order. The image of an "inciting" MST reflects more the actions of those regional leaders and less the dominant political perception of the (mostly southern) "first generation" leadership. Those are still in charge, but are constantly confronted by radical young leaders who recently entered the organization's decision structure. There is also a surprise in the contrasting discourses of young leaders from different southern states and those from, say, the Northeast.

In recent years (since 1994/95) the actions have widened in some areas and receded in others (such as Rio Grande do Sul and Santa Catarina, the birthplace of the MST). Not being the aim of this article to discuss the reasons for such variations, it is probably more relevant to present the main challenges posed to the Movement. Firstly, the democracy problem, since the movement is approaching a time when it might face growing dissent and conflicts, not only internally, but also in its relationship with other social movements within the so-called "popular field", the latter because of deeper political and ideological differences. Having an essentially nondemocratic structure, however, there are also great signs of internal conflicts, in which the militarist ethos and near religious devotion of some of its intermediate militants, led by a few main national leaders, might no longer be able to control the camps and, specially, the settlements. The most evident factor in that regard is exactly the instrumentalism of an ideologically anti-systemic rhetoric, built only for internal aims (to keep the cohesion of core militants), and which has succeeded in developing a uniform political identity and guaranteed its political aims and forms of action. It appears to be a charade, maybe incomprehensible to those who learn about the MST only peripherally (or through superficial and impressionist newspaper articles), generating curious behaviors on certain distinct but equally mistaken social groups. On the one hand, conservative groups react to the leftist rhetoric and to the symbols which, as they see it, "should have been buried under the wall", claiming for the enforcement of legal instruments to hinder the MST's occupation of private land. But urban social groups and socialist parties, just as badly informed about the world of rural politics, and/or moved only by the "classic" manuals, see transforming political potential which is not part of the expectations of landless rural workers. Those changes are relevant to the democratization of rural society, but they are not motivated to promote ruptures.

The political education of young landless farmers in the Movement's schools has entirely different aims - in sum, the sole intention is to make them join a "total" and closed understanding of politics, which does not even consider the recent Brazilian political developments, turning instead "inwards". It is aimed mainly to keep discipline, motivation and cohesion among its intermediate militants. The ideological mystification can sometimes be pathetic in trying to stress a polarized worldview and Manichaeistic political interpretation. The movement's newspaper, for

instance, is perhaps the best mirror for the changes that have been operated. Being a rural publication until 1986, the national leadership made it into a "mass incitation instrument", following the classic Leninist prescription. Its journalists were dismissed for lack of confidence and replaced by "popular reporters", a change which reflected on the publication's pages. As an example of the new ideological option, among the numerous deliberate distortions of facts, the newspaper published in its "general facts" column, an article on the 1991 arrest of American boxer Mike Tyson, charged (and later convicted, having even confessed) with rape. From the newspaper's "political" viewpoint, the fact simply did not happen, the arrest and conviction being due only to that country's historical racial discrimination, probably to the surprise of its better-informed readers. As in most of the leadership's political agenda, it resorts to the extreme polarization between "good" and "evil", discourse inspired by those linked to the Land Pastoral Commission, which serves as its religious legitimating support. Curiously, besides the growing social and cultural complexity in the country, as well as the widening of the political and ideological spectrum and overcoming of the military cycle, the mobilizing instruments of the movement never went beyond the strict limits of the opposition between what is malevolent and what is virtuous, certainly lacking any real correspondence. Being locked inside that clear ideological oversimplification with its merely instrumental aims, the inability of the organization to establish alliances or a common agenda even with the other popular organizations within the Brazilian popular field comes at no surprise.

Such political background obviously keeps the militants from understanding social reality and politics at large. Being superficial and incongruent, it has produced surprising cases of rupture and conflict - specially when the original social identity raised in the world of "small farming" and broken during camp and land occupations is reestablished with arrival to the settlement and the restitution of former community life. In such situations, many settlers wish to get away from the organization. However, since dissident groups have no word in the means of their support created by the MST, those families are quickly drawn apart of the other settlers and, in some cases, even taken out of the settlement itself. For that reason, not being able to count on the "virtuous cycle" which keeps the Movement, such dissidents rarely constitute organized groups with power and public visibility. When that happened, they became simple appendices of leftist parties or were short-lived. In the state of Pernambuco, for instance, in 1996 and 1997, there were at least six "landless Movements". None, however, posed a challenge to the MST or stood a chance of surviving for a long time.

The management of the increasing number of new settlements has been yet another challenge. This article does not intend to examine the subject specifically, only to say that the productive proposals so far have not been able to realize innovative situations compared to what

impoverished farmers usually face. So the settlements should not be more than a temporary way of survival for families who have lost their land and once again have part of a lot. Most settlements have made technological choices typical of "subsistence farming" or, in the case of southern Brazil, "modern agriculture", which demands agroindustrial inputs and productive structures. That model does not offer economic and productive viability to new plot owners, specially within the recent macroeconomic conditions.

A fourth stage in the history of the Movement is probably under way, maybe started in 1998, when the difficulties for the organization's action became notably greater. The rhetoric to justify the uncertainty of these years has been pointing out to the "criminalizing acts" by the government. Such argument seems to be far away from reality (a typical case of self-deceiving shared by so many of the MST's allies), the increasing isolation to other popular rural organizations and even to some of typically urban former allies reflecting the recent political choices of the organization.

Ironically, MST's recent history repeats in several aspects that of the Peasant Leagues in the years after the 1964 institutional rupture, thus proving the cyclic nature of social processes. From the exacerbation of political rhetoric to extreme forms of social struggle, through attacking the state and even to childishly adopting "military schemes", the lessons of past history seem to have been forgotten by the organization's leadership. In the last three years, the movement has chosen a process of political radicalization whose rationale is not open to any interpretive framework. Among those, invading public buildings, occupying clearly productive properties (which can not be desapropriadas, according to the law), invading ships to denounce "transgenic grains" cargo, directly confronting the other rural organizations. Besides that, acts of political pressure related to very recent and still controversial public debates (such as the free trade agreements currently proposed or genetically modified organisms) and the repetition of an anti-state discourse have all contributed to draw the Movement away from its former areas of political alliance, narrowing its field of action. The most significant sign of that new stage, in case it is realized, might be the reluctance of the Catholic Church to give its almost unconditional support (as it has done in the past). The church has grown increasingly suspicious of the Movement's forms of actions and political choices, even though its mediating agency, the Land Pastoral Commission, has been acting for years as a supporting force to the MST (for the most rigorous analysis on the Commission's activity and recent history, see Martins, 2000: 11-71 and 133-153). Only time will show if such ruptures will be realized in wider terms or if, otherwise, the MST will be able to politically reorganize and better interpret its alternatives and possibilities, in the light of recent changes in Brazil.

2. The MST and the dilemmas of rural social struggle

The movement's social and political experience, specially in recent years (since mid-1990s) has shown its extraordinary ability to be proactive as a social actor with strong presence in political life. On the other hand, it is an illustrative organizational history, revealing its current impasses.

In this article, in the light of the most expressive results achieved by the MST, a considerable space would be necessary for all it has done along the years in all Brazilian rural areas. There are several cases of formerly "dormant" areas from an economic point-of-view, which had scarce productive activities. Those have been made relatively dynamic by the settlements and the arrival of the MST and its leadership. A new group of "farmers-turned-into-municipal-leaders" started to pressure local institutions, interfering more strongly in government policies and specially watching political practices more closely. Those small revitalized subnational areas are numerous and spread all over the country, accounting for the appearance of more participatory rural families and, as a result, contributing to the democratization of their towns. As a consequence, the growing number of settlements in almost every state has produced the political renewal of remote rural areas, slowly democratizing them and generating new political practices, formerly controlled by big landowners. The settlements themselves derive also more from the Movement's pressure and less from governmental decision. Even though agrarian reform and "the need to change the land ownership structure" had been present in the Brazilian political agenda for a long time and some governments have been favorable, the unprecedented number of new settlements in the last five years is directly related to the pressures by the MST (and in some states, by rural workers' unions). It should be also recognized that the favorable context for this policy, resulting of the weakening of big landowners has played a role. In effect, land occupation has been decisive to push for the agrarian reform program. The 100-odd occupations in the whole country in the early 1990s grew to 398, starting in 1996, reaching nearly 600 two years later, and having a slight decrease in the last years. Symptomatically, this is the period in which the Federal Administration' program of settlements was most advanced.

In that sense, the MST's political and organizational effectiveness might be limited to three sets of significant results. Firstly, the permanent political debate on agrarian reform within Brazilian society during the period. That demand would be probably weakened or even eliminated without the landless insisting on it. Secondly, the expressive number of settlements, which guaranteed land access to a significant amount of poor families (aforementioned). Without such option, those families would have to migrate to urban areas when the economy is not the least dynamic and job opportunities in the cities are decreasing.

The third aspect to be highlighted in several regions is exactly the referred democratization of public life in small towns after the constitution of new forms of representation and organization encouraged by the Movement, as soon as the settlements are in place. Another associated effect is the change in relations between the "rural poor" and big landowners, as a result of the MST's bold actions. Those relations historically reflected the clear political domination by farmers from all agrarian regions which appears under distinct forms of economic dependence by subordinate classes in rural Brazil. In some areas,

however, the increasing incidence of the Movement's pressure tool (land occupation) has altered those relations. There is a growing fear among big landowners who watch the ineffectiveness of the state in opposing such practice, as it has done in the past. In areas such as the south, those fears are clearly expressed in the landowners' reactions when the occupations grow in quantity and specific region. That change in the past dominance by landowners is perhaps one of the most remarkable results in the History of the Movement. It increases the chances for growing the land inventory for agrarian reform programs, now easier because of lack of hope among landowners who are increasingly powerless to face occupations.

Having pointed out the general success of the MST's agenda, it is worthwhile mentioning what the literature rarely does, that is, a series of difficulties and problems generated by the form of action and political choices made by the Movement which expose its recent history to increasing criticism. Among those impasses, some are succinctly discussed below:

(a) the formation of a "virtuous cycle" which supports the organization's political action and allows for countless surprising public actions. However, it is based on forms of social control within "its" settlements, where rural families are submitted to the bossing of intermediate leaders, thus repeating the hierarchy that has always characterized rural social relations in Brazil (as shown by extensive research). Such social control happens through the mediation of government policies towards the settlements by those leaders. As a result, access to public funds has been the main social control mechanism on the settlers. Through that pattern, control is also exercised on those to be recruited, not only to form new militants for the organization (the children of the settlers, submitted to doctrinaire understandings about social life) but also those who will be called to strengthen public actions, occupying rural properties, going on parades, invading government buildings and other such actions which form the MST's repertoire. The agility of the Movement during these years has thus been based on two pillars, the human resources recruited in the settlements (both to form militants and to present the quantitative of its external actions) and the control exercised by the Movement as a mediator on the use of public funds in the settlements. This allowed for the selection of militants who are more loyal to its strategic goals and for virtually irresistible pressures, even on those who do not accept the MST's attempts at hegemony in the settlements. The access to such funds has counted on both the range of new policies created during the period in several fields and the wide support of more radical urban social groups and government workers who have been helping in specific projects. The MST legitimate claims (and receives) access to the public policies created in recent years. Nevertheless, it is curious that the social urban actors with which the organization has a relationship almost completely ignore the interlocutor representing the landless. The exception is the external actions carried out from time to time, which have had the sometimes unconditional loyalty of urban segments. Once more, we see the dissonance between the "real MST" and the "virtual MST", proposed by Hermann regarding the Zapatista Movement in Mexico. Surprised by the huge international support and solidarity the latter have received, the author justifies it as an "extreme case" which appears as

direct confrontation between the poorest and the most powerful, covering the analytical problems behind the most visible and public facet of the *Zapatistas*. Likewise, we could echo the author regarding the history of Brazil's landless as she says: "virtual Chiapas holds a seductive attraction for disenchanting and discouraged people on the left that is fundamentally different than the appeal of the struggles under way in the real Chiapas" (Hellman, 2000:1);

(b) as a consequence, the Movement's political practice along the years, following the orthodox Leninist preference of its main leadership, has been essentially nondemocratic, as has been pointed out. None of the leaders, for instance, is submitted to any internal accountability (or external, for that matter), since there are no such mechanisms. Leadership are not public elected, but carefully picked up by higher level militants, the criteria being the loyalty and submission to the main guidance, strictly obeyed at the risk of losing one's position within the organizational structure. There are numerous examples to illustrate that curious conflict between the leadership's public discourse claiming for democratization of society and its political structures, and the authoritarian internal hierarchy, which accepts no dissent. Two distinct cases, occurred in different areas, can be cited. Firstly, deciding to fight the privatization process of the 90s, a group of militants invaded a highway toll plaza and ravaged its facilities. Since opinion polls show most of users have not been against such road privatization (some have only do not like the prices), how can the Movement's leadership be held accountable for an act that finds no legitimacy, lacking any political support? Surprisingly, as in other similar actions, the leadership has been trying to make the arrest of some of those responsible, now subject to criminal inquiry, into an exclusively political fact, carrying out intense propaganda activity, presenting those as "political prisoners". Another case, in a different arena, is the recent decision by federal environmental authorities to hold the MST responsible for randomly deforesting areas in settlements, with a heavy financial penalty (which, actually, is mandated by Brazilian environmental law, considered one of the most progressive worldwide). Or the news of the biggest continuous land deforestation in the Atlantic Forest in the last 15 years, exactly at the same time as a big settlement was built in the area (*see O Estado de São Paulo*, April 27, 2001). How can the Movement be accountable if its formal leadership can not be identified, since the organization's practice is not legalizing its structures, choosing subordinate and unknown militants to publicly take responsibility for its legal façade, under different names (the legal way for the MST to receive public funds, sign agreements and other legal acts)? Essentially, that topic does not refer, as it could seem at first sight, to the methods of political action, which, even being illegal, are often legitimate. It concerns the crucial element of the democratic game, the unrestricted possibility of autonomous representation able to organize its interests and dispute them openly in the public struggle arena, however, taking responsibility for more daring, confrontational and controversial public actions. As an example, how can we recognized the rights of Indian communities, almost always present in areas adjacent to the settlement using their natural resources as a subsistence activity, a very common situation in Northern Brazil? The Movement's nondemocratic practice of banning any debate and compromise with other rural social groups, although notorious, has

been downplayed by virtually every sector on the left, as if it were a minor and irrelevant point.

A counterargument to that notion would lead us to yet another question, often posed: could the Movement's stance be different, given the existing judicial structure, the repressive role of the state, the intimidating action of landowners' organizations and even the cultural depreciation of the "rural" (and its inhabitants), so strong in Brazilian social imagery? How is it possible to mobilize extremely poor rural families, without any schooling and regular occupation, sometimes without even a regular residence? Is there any organizational form, other than the centralized one, based on strict discipline, including the punishment of those breaking the Movement's disciplinary rules? Would not a democratic internal structure end up weakening the Movement and its ability for social struggle? Such doubts, in the light of Brazilian political history, are certainly quite reasonable and real. Nonetheless, this article questions precisely the decision of never even trying another organizational form, whether according to different regional realities or (more relevant), because of changes in the political situation along the organization's history. Even the least sophisticated analyses would likely agree, despite differences in theoretical and political outlooks, that the Brazilian political system has undergone changes since the early years of the Movement, demanding changes also in the forms of struggle. If land occupations represented acts of extreme confrontation with power structures based on agrarian oligarchies during the 80s, would that hold true for the 90s in most states? An anti-system discursive agenda had a clear political meaning during the long night of the generals, from 1964 to 1984 (precisely because it materialized the polarity "us" versus "them", reasserting the "good" and "evil" moral polarity). Would it make sense, however, in the political context of the 90s, when governments were put in place after legitimate electoral disputes? The act of politically and ideologically downplaying the state back then expressed the opposition of society to military dictatorship. Does it fit the political rationality at the turn of the millennium? Persistently refusing any democratic experience, whether internally or in its relationship with other rural organizations makes it impossible to affirm, by absence, its political viability. On the other hand, it also shows the inconsistency between a political regime that democratizes and institutionalizes itself and an organization insisting on an anti-system rhetoric.

(c) unfortunately, the anti-democratic facet of the Movement's history could be easily demonstrated from other viewpoints. Without going too far into those considerations, it is possible to mention three other aspects. Firstly, as said, the social control over the settler families, whose empirical evidence comes out as a result of sociological research based more on rigorous investigation work and less on militant preferences. Thus, the mechanisms used by the leaders responsible for a certain area to control the settlements not only submit the settlers through control of public funds but often resort to open intimidation, including physical. The formation of totally collectivist cooperatives, regarding farmers' social history as a *tabula rasa*, many of them being former small owners, for instance, finds great resistance in rural families, generating numerous conflicts in the settlements. As an illustration, Eliane Cardoso

Brenneisen's careful and original study on rural settlements in Paraná transcribes the speech of a woman farmer who left a "socialist co-operative" formed in the settlements, a paradigmatic example of the several situations of social inconformity so common within settlements controlled by the MST. The interviewee, referring to the organizational forms put in place, argues that "(...) the community [collective] work would be kind of a slave thing, everyone stays together, but there's only one boss (...) if you have a milk cow, you had no voice, if you have a pig, you had no voice (...) a time to go to work, if a relative arrived at your place, they could only stay for three days (...) we have always worked as employees and never been treated like that" (Brenneisen, 2000:165. Souza, 1999 and Pereira, 2000 also show the numerous ways found by the settlers to resist to the imposed organizational rules). Such behaviors have actually become part of the organization's everyday life, even in epic and very visible moments. During the March to Brasília, in 1997, for instance, the strict control methods used by the leadership were made public, later studied by those who investigated the event. In his painstaking study on the March, Chaves reports on the nearly military control of the event, the heavy punishments and the totally centralized decision process, without even communicating the participants. Narrating the case of the expulsion of a member of the march for allegedly breaking rules, he says

"(...) There are several ways of restraining expression and distinct forms of social control (...) disagreement tended to be seen as lack of discipline and, according to its importance could lead to expulsion (...) That fear was present during the national March; however, it is commonplace in the MST's settlements: many landless people use everything they have to guarantee in one of those the temporary subsistence of the family and of the dream of the land (...) The silent power of fear which makes one mute, would become even more oppressive in the final days of the National March" (2000: 217-218).

The second aspect to be stressed still within this subject refers to the "forced homogenization" of differences and strong refusal of alterity. The best example might be the subordination of women's groups' specific demands, forcedly included within "higher struggles" which supposedly would guarantee, if successful, their incorporation in the future. In the Movement's social and political history, the life courses of many women with remarkable talent for leadership have been somber. Those women have not been able to fulfill important positions for being subject to MST's dominant machismo. Or, even more perverse, they undertake that dominant discourse, somewhat "masculinizing" theirs, as the only way to keep positions and climb the organization's structure. As a consequence of that gender-based control, which associates patriarchy and the ideological Chimera of the "principal and secondary struggles" women's courses within the MST have been subject to a clear contradiction, that is, the gap between the public egalitarian discourse and internal practices, even hiding and disqualifying their work. The widest research ever carried out on the subject is categorical in its conclusions, in declaring that

"(...) the relative equity between sexes in the camps loses any

meaning in the settlements, when female participation becomes surprisingly restricted. Data suggest that low participation by women is typical of settlements, not representing a natural female behavior (...) That is due to the obstacles to participation built on social and gender relations and the values that support them - shared by men and women - which arise and become dominant in everyday life in the settlements" (Rua and Abramovay, 2000: 286).

Another aspect to be emphasized here is the somewhat surprising persistent political stance of categorically delegitimizing the state. That seems hard to understand, firstly, for being the MST the most integrated of Brazilian popular movements, reason for its main financial maintenance. Such delegitimization, already stressed by Martins (2000), is part of the discursive architecture of the landless organization, probably driven by two reasons: the first being the ideological stance of its leadership and the other, the referred "instrumental reason", that is, to keep a unified discourse that strengthens the internal cohesion of its militants and also attracts support by radical urban groups. Such an approach, however, is carried out in several occasions, specially those which do not affect public funds, whose interruption could financially affect the organization. As an example, although it does not have a formal existence, the MST was invited to participate in the "National Council for Sustainable Rural Development". The organization peremptorily refused the idea, but keeps demanding access to public policies implemented by the corresponding ministry under the supervision of that council. With that goal, it has been resorting to all possible actions, even the confrontational ones (in fact, even when that means openly confronting the other organizations representing poorer groups, equally demanding access to such public funds). Similarly, the Movement has not recognized some recent measures in the agrarian arena, which are unprecedented and mean a blow to the power structure represented by big rural properties. Among such measures, for instance, one of the most remarkable is the government decision to cancel the register of all big properties not able to show the legality of their titles. At the deadline, almost 2000 latifundia were not able to produce convincing information and had their registers cancelled (in practice, the rights to the properties). That represented an area of more than 60 million hectares, almost four times as large as the state of São Paulo. That is a huge short-term increment in the land inventory available for agrarian reform, opening numerous opportunities for new settlements. Had the Movement's operating logic been, in recent years, the effective representation of the landless and its main demand, the agrarian reform (instead of other objectives, even partisan ones), the communication with the federal government could greatly foster the productive occupation of that land, even keeping critical criteria and political distance.

The quotation below is perhaps an evidence of the Movement's ongoing practice of delegitimizing the state. The organization's highest leader puts forward a vitriolic attack to the judiciary, in a (public) speech delivered a few years ago. Other such examples could be repeated *ad nauseam*, even in the most recent period, showing the limited political notion embraced by the main leadership of

the MST since mid-80s, when the organization adopted its then new (and still current) political doctrine. João Pedro Stédile, founder and now the most prominent leader of the Movement, then probably considering himself soon to be in charge of the government agrarian reform sector, for his candidate for the 1994 presidential election had a comfortable lead in the polls, did not hesitate to disqualify any governmental effort on the subject. Regarding justice, he presented a curious neutralizing mechanism, when necessary, stressing, according to his own words, that

"(...) the third element in the government's action is the law, the Judiciary. Many have said that, 'the problem in Brasil is that the judiciary will be a problem' [to carry out the agrarian reform]. You know better than I do (...) the judiciary in Brazil is a fawner of the Executive, a bunch of toadies, there's no independence from the Executive, and it starts in the Supreme Court (...) if the guys are appointed by the president, will any of them criticize him? (...) So, a judiciary that starts like that from the Supreme Court, the little judge over there [in remote places] we buy him out with a barbecue, isn't it? The price gets lower and lower, what to say about a public prosecutor? (...)"

(d) finally, it is neither possible to write down the long list of the MST's current political and organizational problems (contrary to the common sense shared by social analysts away from agrarian realities) nor to detail other controversial and/or nondemocratic decisions made by the organization. Therefore, it is necessary to highlight the fact that the strategies selected by the Movement and its acts of pressure and demand have also ignored a historical and maybe unique opportunity that came out in the 90s. That could allow the Movement's interests and its social and political clout to greatly broaden the results: it is the (re) emergence of rural "development" as a growing demand of rural populations, specially where their organizations are more active. For many known reasons, the conditions of production in the Brazilian rural areas were modified in the last decade. Together with political changes operated by a decentralization process in the same period and new state management mechanisms implemented by recent governments, they have brought back that demand in several agrarian regions. All the organizations (with the exception of the MST) increasingly join a propositional set of ideas aimed at reconstructing forms of rural development that could make local and regional economies more dynamic, which establish new income-generating alternatives and widening job opportunities, market integration and also influence municipal or regional political spheres. They are intended to assure the improvement of life conditions of rural families representing those efforts which currently characterize certain subregions of Brazilian rural world, starting to come out and give rise to new forms of social, economic and political dynamics. The Movement has always chosen either to ignore such efforts or, even worst, to fight them, sometimes aggressively, refusing any political alliance with the organizations trying to carry out such changes.

This a time when big landowners have been substantially weakened, not being able to get the federal financial support they were used to. Besides, poorer

farmers (within the general category of "family farmers") have created an unprecedented opening within that state (primarily through specific public policies, such as the Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF (National Program for Family Agriculture Support) and more recently establishing the Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ministry of Agricultural Development), which is, in fact, the "ministry of the rural poor"). In that context, it is amazing that the MST is still indifferent to those recent changes. The movement surprisingly keeps on the same strategy mentioned above, being resistant (and even hostile) to the other organizations of small farmers and rural workers, as well as dreaming with the "storming of the Winter Palace". All this when the rural economy in the country is totally commodified and rural families would not, even remotely, take up projects which are not at least reformist. They would never join the political change projects of the Movement's leadership (taught in the political education schools to rural youth recruited in their settlements). That is probably the biggest political impasse experienced by poorer rural families in the country: the democratization process in Brazilian society has generated an unprecedented ability for rural demand, as well as a presence in public sphere. Besides, there is much more room for political action by the Federal Administration and a weakened opposition (and action) by landowners' organizations. However, as a perverse irony, the organization that has most developed itself is increasingly an obstacle for building new and promising processes of rural development. Thus, it takes on an unexpected conservative face, when its social struggle is compared to the demands of the poorest rural families in the country.

3. Conclusions

"(...) critical theory has been developed to struggle against consensus as a form of challenge dominance and generating a drive against it. How should one proceed when consensus is no longer necessary and thus its demystification has ceased to be the spring of inconformity? Is it possible to fight submission with the same theoretical, analytical and political tools used to fight consensus? (Santos, 2000:35)

Once social movements are turned into formal organizations such as the MST there is a change in their constitutive logics, as well as their interests, whether regarding external relations with other political groups or in its internal relations. In this case, we should point out to the strict relationship between the landless social origin and the opportunities created for the organization's expansion, including those for political career. There is also an extraordinary widening of upwards social mobility forms, to be kept while the organization is able to keep its growing pace. In that sense, the "misplaced" analyses on the MST, that is, those still focusing on political contexts from the military period or the immediately following years, usually informed by political-ideological polarities typical of the past but distant from current societal forms, follow primarily partisan dispute needs or represent clear analytical mistakes.

The title of this article was inspired by Maxime Molyneaux's well-known study on the role of women and their participation, as well as gender interests in the

so-called "Sandinist Revolution" in Nicaragua. In that case, a process of sociopolitical rupture carried the promise of emancipation for the country's women, who were a significant and active part of the guerrilla armies. However, the author sustains, during the revolutionary process and specially after victory by the insurgent groups, the specificity of their political subjects submerged under the "general struggle". Facing a clear and decisive political problem, unresolved in that case, the author claims that

"(...) much depends upon what is implied by subjects 'losing their specificity' and goals being universalized. For the universalization of the goals of revolutionary subjects does not necessarily entail a loss of their specific identities (...) if the revolution did not demand the dissolution of women's identities, it did require the subordination of their specific interests to the broader goals of (...) establishing a new social order. This raises an important question which lies at the heart of debates about the relationship between socialist revolution and women's emancipation" [introducing the general and crucial subject] "(...) which is that of political guarantees. For if gender interests are to be realized only within the context of wider considerations, it is essential that the political institutions charged with representing these interests have the means to prevent their being submerged altogether, and actions on them being indefinitely postponed" (Molyneux, 1985: 228-229, 251, emphasis by the author).

Although apparently distinct, the history the MST in Brazil is quite similar, regarding the obstacles of emancipation for the social groups it represents. Not only specific sociocultural differences between groups of rural families have been ignored, subordinated to mobilization forms promoted by the Movement. More importantly, previous age and gender differences, **forms of productive integration in different markets**, regional agricultural histories, kinds of organizations and representation previously experienced (strongly opposed on behalf of "unity in struggle") as well as distinct strategic views and political action consistently disqualified and refused on behalf of a supposed political homogeneity never actually clearly exposed.

The final result in all regions has been a significant mobilization ability by the MST, rooted in the above mechanisms and shown in numerous events and actions. On the other hand, there was also an inability to generate social subjects who carry a real organizational autonomy, in charge of their own destinies and thus able to include social and political emancipation amongst their life goals. Therefore, the Movement's history loses its novelty and only replicates the melancholic path of other political organizations within the traditional left, only apparently promising, in the light of its external actions. Under the symbols and icons made up for the external public, though, there is a silent mistrust by its

subordinate members, unaware of the Movement's own objectives and the productive stalemates existing in all rural settlements, the fierce political dispute for organizational hegemony over the rural poor, the disdain for democratic practices. More importantly, to our surprise, the reproduction of social control and forms of power exercised in the Brazilian rural areas, formerly carried out by big landowners and their representatives, currently under new forms and covered up by the progressive discourse.

The Movement has taken little advantage of the possibilities for external support, in the face of globalization's social and economic constraints widening the social gap in so many countries, including Brazil. Its international influence in search of support reflects its contacts with institutions within the religious field. Those entities periodically carry out propaganda actions, campaigns and several forms of protest that are not very effective for publicizing the "agrarian problem" in Brazil. The attempt by the organization to create some kind of international coordinating body is still very incipient. At first, the "Coordenação Latino-americana de Organizações Camponesas"-Cloc (Latin-American Coordination of Peasant Organizations) had no practical effect. Recently, an association of peasant organizations has been pursued through the "Via Campesina" (The Peasant Way) [www.viacampesina.org], of which the MST is a leading member. Besides that, its campaigns are publicized in internet portals [www.mst.org.br], also without significant international repercussion. Even the so-called "Alternative Nobel Prize" or "King Balduino Award", given by the government of Belgium to organizations working for human rights has had limited effects in promoting a network of international cooperation which could carry out different actions and exercise effective pressure. Thus, differently from other emerging fields, such as the international protests against the organizations promoting free trade or the increasing action towards the subject of GMOs (no to mention the environment), it seems like an emancipatory "counter-globalization" incorporating the landless' interests has not yet found the conditions for its realization. One of the reasons might be the nature of the social struggle led by the organization, which probably lacks the "novelty" (compare, for instance, to the Chiapas case and its innovative particularities, discussed by Hellman 2000). But yet another reason for this ineffectiveness for change, at the international level, certainly points out to the political nature of the MST. In the light of the organization's last twenty years, as we have said in this article, that diagnosis and evaluation might not be unexpected. The social and political emancipation of the rural poor, in Brazil, is still a mirage, offered only by a fabled and utopian future, postponing, as has always been the case, a societal environment where hopes and reality are not separated by unbridgeable chasms.

Bibliography

Arguedas, José María and F. Izquierdo (1970), *Mitos, leyendas e cuentos peruanos*. Lima: Casa de la Cultura. Cited in Galeano, Eduardo (1982), *Memoria del fuego (I). Los nacimientos*. Madrid: Siglo XXI, 256.

Barp, Wilson (1997), "Fronteira da cidadania: cartografia da violência na

Amazônia brasileira". Campinas: Unicamp (doctoral thesis).

Brenneisen, Eliane Cardoso (2000), "Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na regiões Oeste do Paraná". São Paulo: PUC-SP, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais (doctoral thesis).

Caldart, Roseli Salete (2000), *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.

Cazella, Ademir A. (1992), "Assentamentos rurais e cooperação agrícola. O caso do Assentamento 30 de Outubro (SC)". Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (master's dissertation).

Chaves, Christine de Alencar (2000), *A marcha nacional dos sem-terra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política.

Fernandes, Bernardo Mançano (1999), "Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, 1979-1999". São Paulo: USP, Departamento de Geografia (doctoral thesis).

Fox, Jonathan (1990), "Democratic Rural Development: Leadership Accountability in Regional Peasant Organizations", *Development and Change*, 23 (2).

Gohn, Maria da Glória (1999), "A formação do cidadão nos cursos do MST", Porto Alegre, *Sociologias*, 1(2): 144-188, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Hellman, Judith Adler (2000), "Real and virtual Chiapas: Magic realism and the Left" (www.theglobalsite.ac.uk), accessed 5 March, 2001 (under the link "Marxism"). Originally published in *The Socialist Register*, London: The Merlin Press, 1999, p. 166-183.

Hobsbawm, Eric (1959), *Primitive Rebels*. Manchester: Manchester University Press.

_____ (1996), *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Huizer, Gerrit (1976), *El potencial revolucionario del campesino en America Latina*. Mexico: Siglo XXI.

Martins, José de Souza (1981), "Os camponeses e a política no Brasil", in Martins, José de Souza Martins, *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 21-102.

_____ (2000), "As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil", in Martins, José de Souza, *A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e história na modernidade*

anômala. São Paulo: Hucitec, p. 17-54.

_____ (2000a), *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp.

Medeiros, Leonilde Sérvolo e LEITE, Sérgio, organizadores (1999), *A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da Universidade.

Molyneux, Maxine (1985), "Mobilization without emancipation? Women's interests, the state and revolution in Nicaragua", *Feminist Studies*, 11(2), 227-254.

Moore (Jr.), Barrington (1967), *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Harmondsworth: Allen Lane, The Penguin Press.

Navarro, Zander (1995), "Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais — o caso do assentamento 'Nova Ramada' (Rio Grande do Sul, Brasil)". Research report, not published.

_____ (1996), "Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990", in Navarro, Zander (ed.), *Política, protesto e cidadania no campo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 62-105.

Pereira, José Roberto (2000), "De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social". Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Sociologia (doctoral thesis).

Rua, Maria das Graças e Abramovay, Miriam (2000), *Companheiras de luta ou "coordenadoras de panelas"? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília: Edições UNESCO.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora (Volume 1, "Para um novo senso comum").

Souza, Maria Antônia de (1999), "As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST". Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação (doctoral thesis).

Stédile, João Pedro e Fernandes, Bernardo Mançano (1999), *Brava gente*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Tarrow, Sidney (1994), *Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Zimmermann, Neusa de Castro (1989). "Depois da terra, a conquista da cooperação". Brasília, UnB (master's dissertation).

